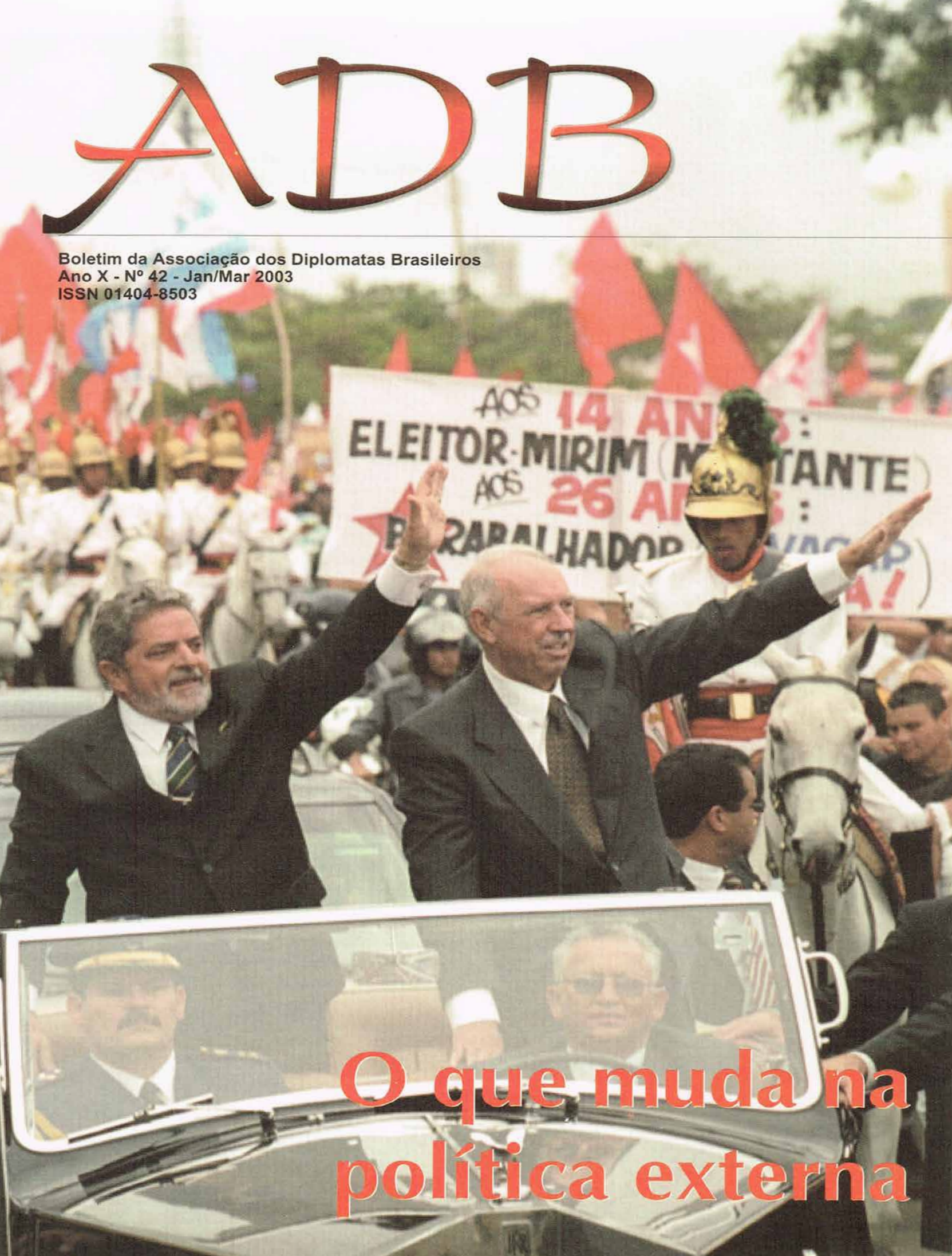
ADB

Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano X - Nº 42 - Jan/Mar 2003
ISSN 01404-8503



O que muda na política externa

ADB - Microsoft Internet Explorer

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Servir
- Apresentação
- Agenda da ADB
- Serviços

Informar
- Rádio Corredor
- Boletim da ADB
- Legislação

Unir
- Conheça a ADB
- Cyber Café

Assembléia da ADB

Pauta

- renovação da Diretoria da ADB
- ação judicial dos 28,86%
- prestação de contas do biênio 2001/2002
- orçamento da ADB para 2003

Dia: 12 de fevereiro (quarta-feira)
Horário: 14 horas
Local: Antigo auditório do IRBr

Compareçam!

Concluído

Internet

Visite o *site*
www.adb.org.br

Escreva
adb@mre.gov.br

A hora é de participação e engajamento no Itamaraty e na ADB

Neste primeiro contato com os associados, em um novo governo e em uma nova administração da Casa, quero salientar uma das principais idéias-força deste tempo de esperança, que desejamos se tenha iniciado: a necessidade da participação de todos por um objetivo comum.

Vi, assim, com especial satisfação, no discurso de posse do ministro de Estado, uma das matérias deste Boletim, a menção de que as tarefas de política exterior *somente podem ser executadas a contento com a participação engajada de todas as categorias de servidores do Itamaraty.* O novo secretário-geral também permeou seu discurso, igualmente tratado nesta edição, com essa mesma idéia ou princípio.

A importância, agora relembrada ,de princípio tão fundamental leva-me a reiterar a importância, para a nossa ADB, de que os associados dela participem efetivamente, sobretudo de sua diretoria e conselhos. Como diplomatas, sabemos serem a força e a eficiência de uma instituição dependentes, quase que exclusivamente, da vontade de seus membros e da importância que por eles lhe é atribuída.

Desde a eleição do presidente Lula, a Diretoria e o Conselho Editorial da ADB reconheceram a utilidade para nossa Associação de que, no próximo número, tivéssemos uma entrevista com uma figura de primeiro escalão da área de política externa do novo governo. Afastada, por motivos óbvios, a alternativa de ouvirmos um dos então ministeriáveis da Casa, a escolha natural recaiu sobre o professor Marco Aurélio Garcia, colaborador desde 1980 do novo presidente e assessor de assuntos internacionais, pelo menos nos últimos 12anos, do PT. Elaboradas as perguntas básicas pelo Conselho Editorial, o jornalista Ronaldo de Moura, editor da revista e com acesso pessoal ao professor Marco Aurélio, transladou-se a São Paulo e obteve uma longa entrevista, transcrita em sua integridade na página da ADB na Internet. As perguntas mais importantes, dentro das limitações de espaço da revista, constituem a matéria de capa do presente número. Pelo meu respeito pessoal à institucionalidade, dei conhecimento antecipado do texto jornalístico ao ministro de Estado e ao secretário-geral

O professor Marco Aurélio foi extremamente gentil e cooperativo com a ADB, só nos solicitando que a entrevista não fosse publicada antes da posse do presidente Lula. O nosso objetivo era distribuir aos associados o presente número nos primeiros dias de janeiro, mas, por deficiências estruturais nossas, oriundas sobretudo de não contarmos com o nível de participação adequado ao que a ADB deve e pode fazer, só o fazemos agora. A entrevista, contudo, nada perdeu de sua atualidade e esperamos que seja de utilidade para a informação e, sobretudo, reflexão de nossos associados, em especial os mais jovens.

Como sempre, apresentamos uma matéria de interesse institucional – a necessidade do auxílio-educação para os membros do SEB no exterior – que, espero, reforce, em nossa Associação, o sentido do esforço conjunto e participativo em favor de reivindicações justas.

Luiz Villarinho Pedroso

Índice

página 4

Entrelinhas

A Secretaria da ADB apresenta os novos convênios, a assessoria jurídica informa sobre o andamento das ações coletivas e a Diretoria da ADB parabeniza as novas diretorias da ASMRE e da ASOF, eleitas em janeiro.

Arquivo Regina Zappa

página 5

Personalidades

O Boletim da ADB abre suas páginas para um justo tributo ao embixador Ítalo Zappa. O texto de Regina Zappa, sua filha, é peça importante para a compreensão das idéias de um diplomata que defendeu uma política externa independente, baseada nos princípios do humanismo e da justiça, e no projeto de um Brasil soberano e consciente da sua grandeza.

José Cruz

páginas 8 e 12

Novos Tempos

As biografias do ministro de Estado Celso Amorim e do secretário-geral Samuel Pinheiro Guimarães e os seus discursos de posse delineiam a nova cara da política externa brasileira no governo Lula.

página 10

Ponto de Vista

O artigo de opinião do embaixador Sérgio Bath aponta os limites e vícios da democracia representativa e vislumbra a construção de um novo modelo – a "democracia plebiscitária" – como alternativa para resgatar a confiança dos eleitores nas instituições políticas.

Raymond Frajmund

página 14

Galeria

A secretária Maria Sílvia Barbin Laurindo contextualiza a célebre foto "Casacas no Cerrado", do fotógrafo Raymond Frajmund, que se tornou um símbolo da história diplomática da nova capital, na década de 60.

Leonardo Castro

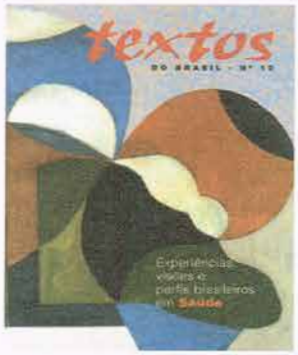
página 16

Especial

O editor do Boletim da ADB, Ronaldo de Moura, entrevistou, no final do ano passado, o professor Marco Aurélio Garcia, assessor da Presidência da República para assuntos internacionais. Veja a biografia e as opiniões sobre a política externa brasileira de um dos principais colaboradores do presidente Lula.

Francisco Stuckert

Índice



Novos Tempos

página 22

A expansão da diplomacia pública e as tarefas do Departamento Cultural e de Divulgação do Itamaraty, com o advento da Internet e da TV a Cabo, são abordadas pelos diplomatas George Firmeza e Luiz Fernando Ligiéro.

Carreira Diplomática

página 28

A reivindicação do auxílio-educação para os dependentes dos diplomatas retorna à pauta de discussão da ADB com o artigo "Educação para filhos de diplomatas no exterior é direito constitucional", do secretário Sílvio José Albuquerque e Silva.

Prata da Casa

página 26

O Boletim da ADB apresenta as obras "As Aventuras do Barão do Rio Branco", dos secretários Ricardo Primo Portugal e Fernanda Lamego; "Passaporte Diplomático - Lembranças de uma Embaixatriz", de Yeda Assumpção; "O Manuscrito", do embaixador Edgard Telles Ribeiro e "Horizontes - Catete 288", do ministro aposentado Marco Aurélio Chaudon.

Ponto de Encontro

página 31

O ex-secretário-geral Osmar V. Chohfi comenta a matéria sobre as novas regras para a remuneração dos diplomatas, publicada na edição 41 do Boletim da ADB, e o presidente da ADB, Luiz Pedroso Villarinho Pedroso, presta os esclarecimentos necessários sobre o assunto.

Convênios

O convênio com o Hotel Regent Park, no bairro dos Jardins em São Paulo, é o mais novo firmado pela ADB, na área de hotelaria. O contrato garante aos associados descontos de 50% no valor das diárias. A rede hoteleira Accor (Sofitel, Flats Parthenon, Novotel, Íbis, etc.), com unidades em mais de 30 países, também está negociando uma parceria com a ADB. Os descontos são extensivos aos cônjuges, filhos e pais dos sócios. Reservas e maiores informações podem ser obtidas na Secretaria da Associação.

Consórcio de imóveis

Depois da bem-sucedida experiência com os automóveis, a ADB está disponibilizando para os diplomatas um consórcio de imóvel. A proposta é da Saga Administradora de Consórcios Ltda., a mesma empresa responsável pelo consórcio de veículos, que está oferecendo planos cuja duração pode ser de até 129 meses. O valor da carta de crédito varia de 15 a 120 mil reais. São distribuídas duas cartas de crédito por mês, uma por sorteio e a segunda por lance, que podem ser utilizadas para compra de imóveis em qualquer local do País.

Ações judiciais

O escritório do advogado Antônio Torreão Braz, contratado pela ADB em 2002, informa que as oito ações coletivas impetradas na Justiça Federal de Brasília, em outubro do ano passado, encontram-se em pleno andamento. A expectativa da assessoria jurídica é a de que algumas dessas ações judiciais sejam julgadas ainda no primeiro semestre.

Assembléia da ADB

A Diretoria da ADB para o biênio 2003/2004 vai ser escolhida na sua 10ª Assembléia-Geral, que será realizada no dia 12 de fevereiro. A autorização para o ajuizamento da ação dos 28,86%, o orçamento para 2003 e a prestação de contas do biênio 2001/2003 também serão discutidos nessa assembléia.

Air France

A Air France será, em breve, mais uma parceira da ADB. O convênio prevê a emissão de bilhetes com descontos variáveis para várias cidades do mundo, desde que o Brasil conste como destino ou origem da viagem. Os benefícios também valem para os dependentes dos associados.

Nota de falecimentos

Os embaixadores Wladimir do Amaral Murtinho, Escorel Rodrigues de Moraes, falecidos em 12/2002 e Geraldo de Carvalho Silos, em janeiro deste,associados da ADB. A Diretoria da ADB lamenta o falecimento dos saudosos colegas e solidariza-se com os seus familiares.

Antiestresse

Diga não à LER e ao estresse. Essa é proposta da RECOR – Reabilitação e Condicionamento Físico, empresa conveniada com a ADB. O tratamento antiestresse e de prevenção contra a LER consiste em uma série de massagens aplicadas na sede da clínica, que fica localizada em Brasília no Setor Comercial Sul. O telefone para contatos está disponível na Secretaria da ADB.

ASOF e ASMRE

Tomou posse como novo presidente da ASOF o oficial de chancelaria Francisco de Paola Neto. A cerimônia de posse da nova diretoria aconteceu no dia 24 de janeiro. A ASMRE também está com nova presidente, a economista Dilza de Aguiar Galvão Barouchel, empossada, com os demais membros da nova diretoria, no dia 15 de janeiro.

Ítalo Zappa, um diplomata a serviço de seu país

Em sua trajetória pela diplomacia brasileira, meu pai, o embaixador Ítalo Zappa, guardou um atributo que inspirou de forma marcante as ações e posturas que adotaria ao longo de sua vida profissional. Tratava-se do autêntico amor que dedicava ao país que escolheu como pátria. Nascido na Itália, na cidade calabresa de Paola, em 1926, filho de pai italiano e mãe brasileira descendente de italianos, meu pai veio para o Brasil com dois anos de idade e cresceu no interior do Estado do Rio, em Barra do Piraí. Aos 18 anos optou pela nacionalidade brasileira e fez dessa escolha, mais que uma simples ação burocrática, uma profissão de fé.

Arquivo Regina Zappa

"O senhor está chegando com 400 anos de atraso". Foi com essa frase que Samora Machel, líder da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), recebeu o embaixador Ítalo Zappa, em 1975.

Vejo na sua afirmação como brasileiro a matéria-prima do pensamento que norteou seu trabalho na defesa de uma política externa independente, a favor do Brasil e dos brasileiros, e, ao mesmo tempo, de um mundo mais justo, onde as relações se dessem sem submissão ou preconceito. Neste momento em que o Brasil assume papel de destaque no cenário internacional e passa a ocupar lugar de liderança entre os países latino-americanos, penso na satisfação com que meu pai veria esses novos tempos.

Sempre foi defensor vigoroso de uma posição de autonomia nas relações internacionais, sonhava com um País de projeto próprio e independência política. Nesse aspecto, entusiasmava-se com o exemplo da China, onde foi embaixador durante quatro anos, entre 1982 e 1985.

Para ele, pouco importava se a abertura econômica de Deng Xiaoping se inseria no modelo socialista da política chinesa ou se, pragmaticamente, abria frestas para uma economia de mercado. O importante, disse ele em uma entrevista, "é que, em pleno quadro da Guerra Fria, os chineses venceram as duas superpotências: a visita de Reagan a Pequim, em 1984, e a de Gorbachov, em 1989, consolidaram a vitória dos chineses e significaram o reconhecimento de que o país tinha um caminho próprio".

Não-alinhamento e pragmatismo

Dentro da ótica do desenvolvimento nacional, defendeu o estabelecimento de relações com a China: quatro anos depois, as trocas econômicas entre Brasil e China saltavam de 100 milhões de dólares, em 1964, para 1,5 bilhão de dólares, em 1985. Parcerias em petróleo e no campo espacial logo brotaram.

A China era, por exemplo, um grande mercado para os eletrodomésticos brasileiros e o Brasil estava preparado para suprir essa demanda. Numa época em que se fazia premente a opção entre os dois blocos em que o mundo era dividido, meu pai defendia o não-alinhamento automático e o pragmatismo responsável, adotados pelo chanceler Azeredo da Silveira.

Resto do Mundo

Era essa sua linha de pensamento ao assumir, nos anos 70, a chefia do Departamento de África, Ásia e Oceania, que ganhou o peso político até então reservado às relações com os Estados Unidos e a Europa. Os outros continentes cabiam numa zona ironicamente apelidada na época, pelos diplomatas, de Departamento do Resto do Mundo. No papel, meu pai assinalava as regiões com as quais o Brasil mantinha relações – Europa e Américas. "Somos o Ministério das Não-Relações Exteriores", dizia.

Arquivo Regina Zappa

O embaixador Ítalo Zappa discute política externa com o futuro presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Foi no Departamento de África, Ásia e Oceania que costurou o reatamento das relações com a China e elaborou a chamada política africana de aproximação com o continente vizinho. Em 1975, então ministro-conselheiro, partia para a África chefiando uma missão secreta para fazer contato com os líderes que lutavam pela independência das colônias portuguesas. Embrenhado na selva moçambicana para encontrar-se com Samora Machel, dirigente da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) que se preparava para assumir a presidência em Moçambique, o chefe da missão brasileira foi recebido com uma saudação em tom de reprimenda: "O senhor está chegando com 400 anos de atraso".

Abertura comercial

O atraso nas plenas relações do Brasil com o mundo foi aos poucos dando lugar à construção de uma política externa autônoma sob a gestão de Silveira e o endosso do governo Geisel. Nessa época, o Itamaraty diversificou suas relações políticas e comerciais. Do alinhamento automático e submisso a Washington, o governo brasileiro fechou contrato de exportação de soja com a então União Soviética, abriu negociações com a Ásia, expandiu relações econômicas com o Japão e proclamou a América Latina prioridade da diplomacia brasileira. A intenção era buscar novos parceiros, reduzindo as dependências econômicas externas.

Na época, à frente do Departamento, meu pai argumentava a favor da diplomacia abrangente: "Ao desprezar o contato estreito com Moçambique, por exemplo, o Brasil abre mão de sua liderança evidente perante este e outros novos países africanos: através de Moçambique, o Brasil pode ultrapassar o Atlântico e chegar ao Oceano Índico. É uma vantagem comparativa nada desprezível". Ao ser indicado por Geisel para a embaixada em Maputo, aceitou a missão para a qual ele próprio havia se oferecido: "É uma questão de coerência, presidente. Se o seu governo promoveu a abertura diplomática para a África, é preciso que embaixadores queiram servir lá".

Na questão da independência de Angola, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo autônomo de Luanda, contrariando as pressões americanas e criando as bases para a política africana. Hoje, em sua autobiografia, Henry Kissinger reconhece que o Brasil optara pela política certa e que os Estados Unidos cometiam um grande equívoco. Recentemente, a propósito das decla-

rações de Kissinger, o jornalista Elio Gaspari escreveu sobre o assunto: "Há 27 anos a diplomacia brasileira escreveu em Angola uma das páginas mais corajosas, criativas e competentes da sua história. Tomou um curso oposto à americana. Mostrou que estava certa e, aos poucos, os próprios EUA demonstram isso. Os americanos estudam e aprendem como perderam, enquanto os brasileiros ignoram o próprio sucesso". Kissinger era, na época, não apenas secretário de Estado, mas também o principal articulador da política externa americana em dois governos.

No caso de Angola, a política elaborada por meu pai no Departamento de África, Ásia e Oceania contou não apenas com o apoio do chanceler e do presidente, mas também com a valiosa parceria do diplomata Ovídio Mello, que se deslocou prontamente para a capital angolana.

Relações com Cuba

A reabertura da embaixada em Cuba seria outro passo na direção da diplomacia soberana que meu pai tanto defendia. Trabalhou para que o Brasil restabelecesse relações com o regime cubano e foi, mais tarde, enviado para Havana, depois de ter servido como embaixador em Maputo e Pequim. Recebia visitas freqüentes de Fidel Castro para longas conversas na embaixada brasileira e marcou sua passagem por Cuba estreitando as relações de amizade entre os dois países. Em entrevistas, defendia-se dos ataques conservadores assinalando que "cada país escolhe seu caminho" e que a ausência de uma democracia multipartidária na Ilha era conseqüência do embargo e das pressões americanas: "Nenhum país em guerra exerce democracia multipartidária, e Cuba está em guerra há 30 anos". Hoje, quase todos os países do mundo mantêm relações diplomáticas com Cuba.

Ainda em Havana, começou a articular o estabelecimento de relações com o Vietnã e o Brasil acabou abrindo sua embaixada em Hanói antes dos americanos. Meu pai seguiu para a representação brasileira no Vietnã já doente: havia se operado de um câncer no estômago, que acabou reaparecendo seis meses depois de ter se instalado em Hanói. Voltou para o Brasil lamentando, porque tinha ainda "muito o que aprender ali".

Sua trajetória, porém, não se restringiu aos países tidos como "difíceis" onde serviu na maturidade de sua carreira. Seu primeiro posto foi Genebra, de onde foi para a missão junto à OEA, em Washington, e depois Buenos Aires, Lima, Montevidéu e de novo Washington. Trabalhou no Rio, na então sede do Itamaraty, onde foi chefe do gabinete do ministro Magalhães Pinto, e em Brasília.

Arquivo Regina Zappa

Em qualquer desses lugares, o que prevalecia para ele na sua profissão eram os interesses brasileiros, dentro de relações internacionais humanistas e pacíficas, voltadas para o desenvolvimento global. Ele costumava dizer que um país não se faz "com sobras do desenvolvimento alheio". Afirmava que "diplomata não é mascate", que "é obrigação do Itamaraty defender os direitos globais do Brasil" e chamava a atenção para a urgência de se afirmar interesses e adotar políticas soberanas. Em relação ao país que escolheu como pátria, nunca teve dúvidas quanto o seu destino. Gostava de repetir que o Brasil está condenado à grandeza.

Regina Zappa

Celso Amorim assume o Itamaraty pela segunda vez

No mesmo dia da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o embaixador Celso Amorim assumiu, pela segunda vez, o cargo de ministro das Relações Exteriores. O nome do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães foi anunciado na cerimônia de posse como o novo secretário-geral do Itamaraty.

O chanceler declarou à imprensa, após a solenidade de posse, que a política do governo brasileiro perante a ALCA vai depender do representante comercial dos Estados Unidos, Robert Zoellick.

Arquivo Radiobras

A América do Sul e o Mercosul foram apontados pelo ministro como a prioridade do governo Lula. Seu discurso de posse foi pontuado por críticas às políticas protecionistas dos países ricos, pela defesa da solução pacífica para as controvérsias, pela reivindicação de assentos permanentes para os países em desenvolvimento no Conselho de Segurança da ONU e pela aposta no aumento das exportações como um fator fundamental para reduzir a vulnerabilidade externa do País.

No plano da gestão administrativa, o ministro Amorim convocou todas as categorias de servidores do Itamaraty a uma "participação engajada". Ele também assumiu o compromisso de examinar com atenção as sugestões e reivindicações dos servidores.

Compareceram à posse cineastas, entre eles Nelson Pereira dos Santos, que destacaram a importância do trabalho do ministro na Embrafilme, na década de 70. O ministro Celso Amorim tem uma ligação antiga com o cinema brasileiro, tendo sido continuísta no filme "Os Cafajestes", que marcou época na década de 60.

Currículo do embaixador Celso Amorim

Celso Luiz Nunes Amorim nasceu em Santos, em 1942. Entrou para o Instituto Rio Branco aos 23 anos, em 1965, e cursou mestrado em Relações Internacionais na Academia Diplomática de Viena. Dois anos depois, já como segundo-secretário, foi para seu primeiro posto, Londres, onde, entre 1968 e 1971, fez doutorado em Ciências Políticas e Relações Internacionais na London School of Economics and Political Science.

Em 1973, foi promovido a primeiro-secretário e serviu na missão junto à OEA, em Washington. Foi professor de Língua Portuguesa no Instituto Rio Branco, em 1976, e de Ciências Políticas e Relações Internacionais na UnB, em 1977. Os postos seguintes foram: Haia (1982-1985), Genebra (1991-1993), onde foi chefe negociador da Rodada Uruguai, Missão junto à ONU em Nova York (1995-1999), e novamente Genebra (1999-2001), na missão junto à OMC.

Conselheiro em 1977, ministro em 1980 e embaixador em 1989, Celso Amorim foi designado secretário-geral das Relações Exteriores em 1993 e ministro de Estado das Relações Exteriores no governo do presidente Itamar Franco. A Embaixada do Brasil em Londres foi o último posto do ministro Celso Amorim antes de assumir a chefia do Itamaraty.

Principais trechos do discurso de posse

Com a eleição do presidente Lula, o povo brasileiro expressou de forma inequívoca o desejo de ver realizada uma profunda reforma política e social, dentro de um marco pacífico e democrático, com ampla participação popular na condução dos assuntos do Estado. (...)

Combateremos práticas protecionistas que tanto prejudicam nossa agricultura e nossa indústria. Trataremos de ampliar os mercados consumidores de bens primários ou semi-elaborados, que continuam a ter um papel importante em nossa pauta. Mas daremos ênfase especial àqueles bens e serviços de maior valor agregado e conteúdo de conhecimento. (...)

Gustavo Magalhães

O ex-ministro Celso Lafer transmite o cargo para o embaixador Celso Amorim, no dia 1º de janeiro, no Palácio Itamaraty

No Governo Lula, a América do Sul será nossa prioridade.

O relacionamento com a Argentina é o pilar da construção do MERCOSUL, cuja vitalidade e dinamismo cuidaremos de resgatar. Reforçaremos as dimensões política e social do MERCOSUL, sem perder de vista a necessidade de enfrentar as dificuldades da agenda econômico-comercial, de acordo com um cronograma preciso. (...)

Nossa política externa não pode estar confinada a uma única região, nem pode ficar restrita a uma única dimensão. O Brasil pode e deve contribuir para a construção de uma ordem mundial pacífica e solidária, fundada no Direito e nos princípios do multilateralismo, consciente do seu peso demográfico, territorial, econômico e cultural, e de ser uma grande democracia em processo de transformação social. O Brasil atuará, sem inibições, nos vários foros internacionais, regionais e globais. Incentivaremos a promoção universal dos direitos humanos e o combate a todas as formas de discriminação. Lutaremos para viabilizar o desenvolvimento sustentável e para eliminar a pobreza. (...)

O Conselho de Segurança da ONU é o único órgão legalmente habilitado a autorizar o uso da força, este recurso extremo a ser utilizado apenas quando todos os outros esforços e possibilidades se tenham efetivamente esgotado. Mas é igualmente importante para a credibilidade do Conselho em sua tarefa de manter a paz que suas resoluções sejam fielmente cumpridas. Defenderemos a ampliação do Conselho de Segurança com a inclusão de países em desenvolvimento entre seus membros permanentes, de modo a reforçar sua legitimidade e representatividade. (...)

Estou consciente de que as tarefas que temos diante de nós somente podem ser executadas a contento com a participação engajada de todas as categorias de servidores do Itamaraty. Examinarei sempre com atenção e boa vontade suas sugestões e reivindicações. (...)

Não só o Brasil, mas todo o mundo está consciente de que o País vive um grande momento de sua história. Pude testemunhar isso pessoalmente. Não são poucos os analistas, intelectuais ou ativistas políticos de variadas tendências que pensam que do êxito brasileiro depende não só o nosso próprio futuro, mas o de outras nações, que, como nós, buscam a via do desenvolvimento com democracia e justiça social.

A democracia, direta e indireta

Em qualquer regime democrático, as vésperas das eleições são marcadas pelo entusiasmo de alguns eleitores e as dúvidas da grande maioria, pois muitos cidadãos se perguntam, justificadamente, se o esforço e o custo social das eleições valem o resultado. É o momento de lembrar-lhes o comentário atribuído a Winston Churchill, de que a democracia pode não ser um bom sistema de governo, mas, infelizmente, ainda não se inventou outro melhor.

De fato, sabemos o que nos oferecem as "ditaduras esclarecidas", para não lembrar as menos iluminadas. Por melhores que sejam suas intenções iniciais, o ditador termina cercado pelas sombras que ele próprio projeta, incapaz de avaliar com realismo e equilíbrio as conseqüências efetivas dos seus atos. Sitiado por fâmulos, muitas vezes o seu poder ilimitado não impede que se torne um mero joguete de certos freqüentadores do palácio.

É o momento de lembrar o comentário de Winston Churchill, de que a democracia pode não ser um bom sistema de governo, mas, infelizmente, ainda não se inventou outro melhor.

O regime democrático surgiu entre os gregos com a chamada "democracia direta". A realidade helênica era bem mais complicada, mas para simplificar podemos definir esse regime como o sistema em que os cidadãos se reúnem em praça pública e decidem diretamente, sem a intermediação de vereadores, deputados ou senadores, o que o governo deve fazer. Pelo menos nas questões mais importantes para a sociedade, pois havia nas cidades gregas o equivalente ao Poder Executivo, que tratava dos assuntos correntes.

Memória curta

Está claro que os demagogos também compareciam a esse exercício, confundindo os cidadãos e influenciando seu voto. Por outro lado, a voz da maioria nem sempre parecia justa a algumas minorias. Sem falar em que "maioria" não incluía os escravos, já que a cidadania era privilégio de uma classe, e só ela votava.

O aumento do número dos cidadãos há muito inviabilizou a democracia direta, deixando-nos com a indireta: precisamos agora escolher pelo voto os nossos representantes, e a eles confiar as decisões sobre como governar.

Muitos políticos, uma vez eleitos, se esquecem (digamos assim) do caráter representativo da sua função, passando a votar de acordo com o interesse pessoal, familiar ou grupal. Como os seus mandatos são uma procuração com tempo certo, cada poucos anos esses nossos representantes são obrigados a restabelecer a procuração inicial. Por vezes

a renovação não é concedida, mas, se não há competidores à altura, tais negativas são raras. A regra geral é: uma vez parlamentar, sempre parlamentar (descontemos breves hiatos para o exercício executivo).

Políticos profissionais

O que temos, assim, é a política como profissão, com regras corporativas, "sindicatos", seguro-saúde e aposentadoria. Com interesses próprios, muitas vezes divergentes dos da sociedade. Creio que ainda não há seguro-desemprego para os políticos, mas a qualquer momento os eleitores poderemos ser surpreendidos com a sua criação, sobre a qual não precisaremos ser consultados.

Nestas condições, a maioria dos eleitores são vítimas da síndrome da agonia eleitoral, que precede o comparecimento às urnas e que é complementada, o resto do ano, pela sensação de completa divergência entre o sentimento e o fazer do povo e o que sentem e fazem seus representantes putativos. Só nos momentos de escândalo público o eleitor se volta para a corporação dos políticos, criticando-a em crítica que não propõe solução, a não ser a "degola" de alguns nomes, que, após um período de hibernação, acabam reaparecendo no palco, lépidos e fagueiros. Pois bem curta é a memória coletiva...

Lembrando a observação de Winston Churchill, perguntamo-nos se seria possível corrigir ou minorar essa situação lamentável. O que está acontecendo na Argentina mostra como é difícil encontrar o remédio para essa doença do organismo social. Os argentinos perderam totalmente a confiança na classe política, mas, a despeito do diagnóstico, não encontram terapia apropriada.

Modelos alternativos

Ouso pensar que, no longuíssimo prazo, pode haver uma esperança: a "democracia plebiscitária", por assim dizer. Quem sabe poderemos voltar, indiretamente, à democracia direta, com os cidadãos votando em temas e não só em pessoas, com toda a freqüência desejável. Como? Sinalizando *sim* ou *não* no seu computador, toda vez que os funcionários executivos apresentassem, obrigatoriamente, uma pergunta à Nação.

Com a tecnologia de hoje já seria possível adotar esse procedimento, que em algumas décadas será mais fácil e seguro. No entanto, o desgosto dos eleitores cresce, porém se manifesta em geral como alheamento; e sua força ainda é insuficiente para mudar as regras do jogo.

Esse é um caminho natural, mas devemos estar preparados para uma oposição ferrenha, disposta a tudo para impedir o resultado almejado. Oposição de quem? Dos políticos, é claro, a quem não interessa perder o lugar cômodo e rendoso que lhes assegura o processo democrático conforme atualmente o praticamos. Querem continuar decidindo, e até mesmo (sobretudo?) os mais populistas se colocarão contra a voz do povo, alegando falar em seu nome.

Que nossos bisnetos se preparem para essa luta!

Sérgio Bath

Secretário-geral tem posse concorrida no Itamaraty

O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães tomou posse, no dia 9 de janeiro, no cargo de secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores citando um trecho curto do Barão do Rio Branco e lembrando o exemplo bíblico dos irmãos Esaú e Jacó. A primeira citação aponta a consciência de ser brasileiro como o primeiro dever do diplomata e a segunda, quando se referiu às negociações da ALCA, chama a atenção para a necessidade de se considerar que os ganhos de curto prazo podem significar perdas a longo prazo.

Gustavo Magalhães

A solenidade de posse presidida pelo chanceler Celso Amorim foi uma das mais concorridas da Esplanada dos Ministérios. Compareceram os ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, do Meio Ambiente, Marina Silva, da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o secretário dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, a embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Donna J. Hrinak e centenas de diplomatas. Além das autoridades prestigiaram a cerimônia representantes de ONGs e lideranças populares como o articulador de direitos indígenas Marcos Terena e o cineasta Luís Carlos Barreto.

A escolha do novo secretário-geral foi considerada pela mídia uma mudança radical em relação à administração do governo Fernando Henrique Cardoso, em função de suas posições críticas perante a ALCA, que lhe renderam, em 2001, o afastamento da direção do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais do Itamaraty (IPRI).

Currículo do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

Nascido no Rio de Janeiro, em 1939, Samuel Pinheiro Guimarães Neto graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Brasil em 1963, mesmo ano em que entra para o Instituto Rio Branco. Em 1967, é promovido, por merecimento, a segundo-secretário e, no ano seguinte, é removido para seu primeiro posto, Boston, onde faz mestrado em Economia na Boston University. Seus postos seguintes serão Washington (1970-1971), Nova York (1982-1985), como conselheiro da missão do Brasil junto às Nações Unidas e Paris (1990-1992), como ministro-conselheiro.

No Brasil, dá aulas na Universidade de Brasília, no Instituto Rio Branco e na Escola de Políticas Públicas e Governo da UFRJ, além de coordenar a pós-graduação em comércio exterior e câmbio da Fundação Getúlio Vargas. Passa pelo meio cinematográfico ao assumir o cargo de vice-presidente da Embrafilme, entre 1979 e 1982, ocasião em que estreita amizade com Celso Amorim. Foi, ainda, diretor da Assessoria de Cooperação Internacional da Sudene, assessor da Presidência do Conjunto Universitário Cândido Mendes e redator da revista Visão.

Na Secretaria de Estado, chefiou a Divisão Econômica para a América Latina (1985-1988) e o Departamento Econômico (1988-1990), e foi diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), entre 1995 e 2001. Entre os livros publicados, destacam-se "Quinhentos Anos de Periferia", a série "Visões Brasileiras" ("África do Sul: Visões Brasileiras", "Alemanha: Visões Brasileiras", "Argentina: Visões Brasileiras", "Estados Unidos: Visões Brasileiras"), "Perspectivas: Brasil e Argentina", "ALCA e Mercosul: Riscos e Oportunidades para o Brasil" e "Direitos Humanos no Século XXI".

Principais trechos do discurso de posse

A sociedade brasileira tem de enfrentar quatro desafios. Reduzir as disparidades de natureza econômica, de natureza social, de natureza étnica e de gênero. Desafio secular, agora inadiável. A síntese dessas disparidades é a extraordinária concentração de riqueza e de renda; e a fome é a sua expressão mais dramática.

Eliminar as vulnerabilidades externas que constrangem o nosso desenvolvimento econômico, político e social é igualmente tarefa inadiável, inclusive para poder executar políticas públicas que reduzam com eficácia aquelas disparidades. (...)

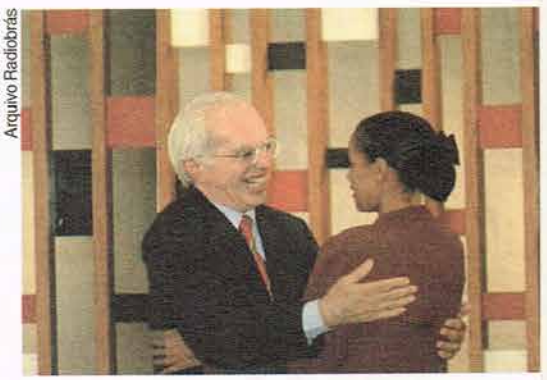
O terceiro desafio é realizar o potencial brasileiro, cuja dimensão pode ser aferida pelo fato de que o Brasil, juntamente com os Estados Unidos da América e a China, são os três únicos países que aparecem simultâneamente nas relações dos dez países de maior território, de maior população, e de maior produto.

O quarto desafio é a construção de uma democracia efetiva, que torne cada brasileiro um cidadão que participa da formulação das políticas públicas e do controle das atividades dos representantes e servidores do povo no Congresso, no Executivo e no Judiciário. (...)

Os desafios da sociedade brasileira exigem instrumentos eficazes para garantir a execução de um projeto de desenvolvimento econômico e social sustentável com a mais ampla participação popular. Nas negociações internacionais, será necessário zelar para que a evolução das normas que regem as relações econômicas e políticas entre os Estados preservem a capacidade soberana do Estado e da sociedade brasileira de construir o seu futuro.

Seguindo a orientação de Vossa Excelência, e valendo-me do cabedal de conhecimentos de experientes negociadores, darei toda a atenção às negociações econômicas, em especial as da OMC, do Mercosul e da ALCA, para contribuir da melhor forma para a defesa e promoção de nossos interesses vitais de longo prazo, lembrando sempre o exemplo de Esaú e Jacó.

A paz e o progresso econômico e social de todos os povos dependem do cumprimento dos princípios da Carta das Nações Unidas: igualdade soberana dos Estados, autodeterminação, não-intervenção, solução pacífica de controvérsias. Estes princípios estão inscritos na Constituição brasileira, justamente para orientar, em caráter permanente e em cada situação, a política externa. E ela deve refletir sempre as palavras do Barão do Rio Branco: "Sou antes brasileiro, e tenho o dever de colocar acima de tudo, de todas as considerações pessoais e de meus sentimentos particulares, a dignidade e a honra do Brasil". (...)


Arquivo Radiobrás

O secretário-geral Samuel Pinheiro recebe os cumprimentos da ministra Marina Silva.

Vossa Excelência determinou-me que procure a cooperação e a participação de todos os funcionários da Casa no processo de formulação e de execução da política externa. Essa participação depende da formação e do treinamento permanente de todos os funcionários, da organização das carreiras e do aperfeiçoamento dos métodos de trabalho a que dedicarei especial atenção. (...)

Como Vossa Excelência lembrou, a auto-estima e a altivez serão sempre a inspiração de nossa política externa. Não nos furtaremos ao protagonismo necessário. Cabe a nós acreditar na possibilidade de transformar o Brasil e o mundo para torná-los mais justos, mais democráticos, mais prósperos, mais humanos.

Casacas no Cerrado

"Uma cena insólita".

Assim define Raymond Frajmund a imagem que a sua câmera perpetuou como símbolo da história diplomática da nova Capital.

7 de junho de 1960. Os embaixadores da Austrália e Noruega acabavam de apresentar cartas credenciais ao presidente Juscelino Kubitschek. Fraque e cartola, traje obrigatório.

Os compromissos dos dois embaixadores e primeiros- secretários que os acompanhavam não se limitavam àquela cerimônia, registrada por Raymond Frajmund, repórter fotográfico de "O Estado de São Paulo". Estavam todos convidados para a inauguração da embaixada do Irã.

Raymond Frajmund

O tempo exíguo e as dificuldades das vias de acesso, muitas ainda sem asfalto, recomendavam que o deslocamento até a Missão iraniana se fizesse de imediato. Inviável substituir o fraque pela indumentária requerida para a próxima ocasião.

Os automóveis titubeavam por caminhos desconhecidos, até que uma nuvem de poeira vermelha dominou a paisagem. Nova medida pragmática impôs-se ao grupo.

O olhar sensível e atento de Raymond Frajmund deparou-se, então, com o inesperado. Os embaixadores e os primeiros-secretários da Austrália e Noruega haviam abandonado os carros e percorriam a pé, em pleno cerrado, o trajeto remanescente, na tentativa de encontrar a embaixada do Irã. Câmera sempre em punho, um clique súbito. Raymond Frajmund acabava de produzir "Casacas no Cerrado", admirável síntese do espírito de aventura imanente à concepção de Brasília, associado à sua natural vocação internacional.

Na foto, da direita para a esquerda, vemos Per Conradi Proitz, primeiro-secretário da embaixada da Noruega; Johan Z. Cappelen, embaixador norueguês e Stewart Jamieson, embaixador australiano. Atrás do grupo, podemos observar John Kelso, primeiro-secretário da embaixada da Austrália.

"Casacas no Cerrado" foi publicada, no dia seguinte, em "O Estado de São Paulo", acompanhada de nota de Manoel Vilela de Magalhães. Embora os diplomatas exibissem fraque e cartola, a legenda, escrita não pelo jornalista, mas pela redação, assinala casaca e cartola, o que induziu ao título da renomada fotografia de Raymond Frajmund.

Conta Raymond que, ao ver a foto, o embaixador André Mesquita, então chefe do Cerimonial, pediu-lhe que providenciasse a ampliação, ao mesmo tempo em que propôs sua incorporação ao acervo do Itamaraty.

"Casacas no Cerrado" e sua história estão reproduzidas na obra "Palácio Itamaraty, Brasília - Rio de Janeiro", publicada em 1993, durante a primeira gestão do Chanceler Celso Amorim, bem como na "Time Magazine" e em outros periódicos internacionais e, ainda, no livro "O Cerrado de Casaca", de 1995, de autoria do jornalista Manuel Mendes.

Há cerca de dez anos, Raymond Frajmund registrou mais um título para sua fotografia. Assim, a "Casacas no Cerrado" passou a coexistir com "O Nascimento de uma Cidade".

Como quer que a chamemos, impossível ficar indiferente diante dela. Por muitos anos, a intrigante fotografia, ampliada para a escala de 100x135 cm, pôde ser admirada no Palácio Itamaraty, à entrada do Cerimonial, despertando sempre as mesmas indagações: Quem são? Onde estão? Para onde vão?

Para John Kelso, que retornou a Brasília em 1974 como embaixador da Austrália e Per Conradi Proitz, acreditado junto ao governo brasileiro como embaixador da Noruega em 1981, nenhuma pergunta, só recordações da cena que protagonizaram, em 1960, como primeiros-secretários.

Nascido em 1927, em Varsóvia e criado na Bélgica, Raymond E. Frajmund trabalhou como repórter fotográfico de "O Estado de São Paulo" de 1960 a 1970. Desde essa época, reside em Brasília. Colaborou com a revista "Visão" e a Associated Press. É casado com a artista plástica, gravadora, Rose Dorion Frajmund. Conquistou os prêmios Esso de Fotografia (1963), Mergenthaler de Fotografia, da Interamerican Press Association (1964) e *hors concours* no Concurso Nacional de Jornalismo (1967). É Comendador da Ordem de Rio Branco e da Ordem do Mérito Cultural do Distrito Federal.

Posteriormente, a consagrada foto, sustentada por cavalete, ganhou lugar de projeção no terceiro andar do Palácio Itamaraty. Consolidada como *talking point*, a "Casacas no Cerrado" chamava a atenção de visitantes e convidados de todas as procedências e dos mais elevados graus de representação.

De volta às origens, a fotografia encontra-se, atualmente, no Cerimonial. Verdadeira lição iconográfica de diplomacia, em particular para os que se dedicam às lides protocolares, a "Casacas no Cerrado" retrata a boa atuação diplomática, por tudo o que expressa de capacidade de descobrir caminhos e superar situações inesperadas sem perder a elegância - no trajar e, sobretudo, no espírito.

Maria Sílvia Barbin Laurindo

Assessor da Presidência da República aponta os eixos da política externa do governo Lula

A integração sul-americana será uma das principais prioridades da política externa do novo governo. Quem anuncia essa nova estratégia é o professor Marco Aurélio Garcia, assessor de política internacional da Presidência da República. Conseqüentemente, o trabalho de resgate, revitalização e ampliação do Mercosul deixará de ser uma mera retórica e deverá mostrar resultados práticos. A pedido do próprio Lula, o assessor presidencial terá uma presença forte neste e nos demais temas sul-americanos, tarefa que pretende cumprir em "absoluta sintonia" com o Itamaraty. "O meu entendimento com o ministro Celso Amorim é de 100% e não haverá nenhuma zona de conflito".

Leonardo Castro

O professor Marco Aurélio Garcia concede entrevista ao Boletim da ADB, na segunda semana de dezembro de 2002

Sobre as relações com os Estados Unidos, o professor Marco Aurélio adverte que a política do governo não será orientada por uma abordagem ideológica. Porém, isso não significa a ausência de áreas de tensionamento que, na sua opinião, serão marcadas pelas diferenças de interesses entre os dois países em torno das questões comerciais. Na cabeça dessas divergências estão o protecionismo norte-americano e a proposta de criação da ALCA. Ele garante que o País vai participar das negociações para a integração comercial das Américas, mas sem perder de vista que "não existirá ALCA sem o Brasil".

O assessor da Presidência da República também confirmou que o governo está estudando a criação de um órgão específico para cuidar da "proteção do comércio exterior brasileiro". A idéia visa colocar em prática a promessa de campanha do candidato Lula de instalar um "mascate em cada embaixada" para impulsionar o comércio exterior do País. Esse organismo de promoção, garante o professor Marco Aurélio, não deverá conflitar com as atribuições do Ministério das Relações Exteriores.

Ele chama a atenção, ainda, para a necessidade da alavancagem de nosso comércio exterior e a produção de excedentes maiores como condição básica para quebrar o círculo vicioso da vulnerabilidade externa da economia brasileira, sem o qual "qualquer esforço de crescimento será praticamente inútil". O assessor presidencial recorre à imagem do piloto que tem de "trocar o pneu do carro andando" para mostrar os desafios do governo: controlar a inflação, reduzir a taxa de juros e transitar para um modelo de crescimento da economia.

Com relação à política externa do governo anterior, o professor Marco Aurélio avalia que a administração do presidente Fernando Henrique pecou pela ausência de um "projeto nacional mais claro" e pelo fato de ter privilegiado o que ele chamou de diplomacia presiden-

cial. "O presidente acreditou que algumas questões poderiam ser resolvidas no gogó, e essas questões não se resolvem no gogó".

O assessor de política internacional destacou também a necessidade de o Brasil apoiar os movimentos em favor do multilateralismo, defendeu uma grande reformulação na ONU e avisou que o governo Lula vai reivindicar um assento permanente no Conselho de Segurança da instituição. Quanto à situação de conflito interno na Venezuela, ele afirmou que o Brasil deve contribuir para "pacificar e evitar uma interferência externa" naquele país.

Na entrevista concedida ao Boletim da ADB, no início da terceira semana de dezembro, em São Paulo, o assessor do presidente Lula não poupou elogios ao ministro de Estado Celso Amorim – "que praticamente não tem mais o que fazer para melhorar o seu currículo" – e considerou o corpo diplomático brasileiro "preparado, qualificado e, de maneira geral, com alto espírito nacional e republicano". A íntegra da longa entrevista com o professor Marco Aurélio Garcia pode ser lida no *site* da ADB.

O "braço esquerdo" de Lula para assuntos externos

Não foi por acaso que o presidente Lula escolheu o professor Marco Aurélio Garcia como seu assessor de assuntos internacionais. Eles estão juntos desde 1980, quando surgiram as primeiras articulações para a fundação do PT e, nos últimos 12 anos, fizeram cerca de 100 viagens e percorreram mais de 20 países.

Marco Aurélio, como é conhecido no PT, assumiu a Secretaria de Relações Internacionais do partido em 1990, mas a sua experiência na área começou no início da década de 70, quando teve de fugir do País às pressas porque a sua "situação de segurança começou a ficar perigosa". Seus nove anos de exílio começaram pelo Uruguai, a parada seguinte foi no Chile, onde ficou por três anos até o golpe militar que derrubou Salvador Alleende e, por fim, passou cinco anos na França.

No Chile, deu aula de economia na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e, na França, foi professor na Faculdade Parisiense. Formado em Direito e Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e com pós-graduação em Ciências Sociais na Escola de Altos estudos de Paris, retomou a sua carreira de professor no Brasil, interrompida durante a ditadura militar, no Departamento de História da Unicamp no começo da década de 80.

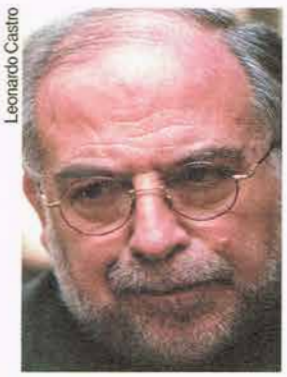
O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi o ponto de partida da trajetória política do professor Marco Aurélio. Durante a década de 60, participou de uma dissidência do PCB e ingressou no Partido Operário Comunista: "um partido que tinha poucos operários e comunistas". Mas, no PT, ele sempre transitou na moderada tendência Articulação, que reúne os principais quadros da cúpula petista.

O 3º andar do Palácio do Planalto não será a primeira experiência do professor Marco Aurélio Garcia na administração pública. Ele foi secretário da Cultura de Campinas em 89 e 90 e, logo após a eleição de Marta Suplicy para a Prefeitura de São Paulo, assumiu a Secretaria da Cultura da capital paulista.

Gaúcho de 64 anos, viúvo e torcedor apaixonado do Internacional e do Corinthians, o novo assessor de política internacional da Presidência da República, lamentou ter de abandonar o trabalho que vinha realizando em São Paulo, mas fez as malas para Brasília porque não poderia ficar fora da "grande aventura política" que, no "sentido forte e positivo", ele considera que o governo Lula representa.

O que deve mudar na política externa do governo Lula?

Vamos ter de estabelecer claramente prioridades, não só do ponto de vista da retórica, mas da conseqüência prática. Uma primeira prioridade é a América do Sul, que é o nosso entorno imediato. O governo anterior acenou nessa direção, mas não deu conseqüência prática.


Leonardo Castro

As condições são extraordinárias para estabelecermos uma relação sólida com a América do Sul porque há uma expectativa muito grande da totalidade dos governos sul-americanos em relação ao governo Lula. Por outro lado, há uma compreensão também de que, se o Brasil caminhar na direção do crescimento econômico, isso terá um impacto fortíssimo sobre o conjunto da região. Queremos reforçar não só as relações bilaterais com todos os países, mas, sobretudo, dar um outro curso ao Mercosul e estabelecer um nexo muito mais sólido entre este e a Comunidade Andina.

Como o senhor avalia a política externa do presidente Fernando Henrique Cardoso?

Ela foi vítima da ausência de um projeto nacional mais claro. O presidente partiu do pressuposto de um mundo que oferecia mais oportunidades do que riscos. A partir daí, houve um esforço do governo de centrar toda sua atenção na questão da estabilidade monetária. Isso rompia um pouco com a tradição de um país como o Brasil, que era a de pensar sua inserção no mundo a partir de suas dimensões, de seu potencial econômico e da sua importância geopolítica.

Portanto, tratava-se de mostrar o Brasil arrumado, do ponto de vista das suas contas e do combate à inflação. Feito esse dever de casa, acreditava-se que haveria um fluxo de investimentos, sejam especulativos, que ajudariam a estabilizar a moeda, sejam produtivos. Ora, para que houvesse investimentos produtivos era necessário possuirmos políticas industrial e agrícola mais consistentes, e isso não ocorreu.

É claro que, se o país não tem um projeto nacional, a sua política externa é uma política de bricolagem. Agora, isso não apareceu de forma mais evidente porque o presidente privilegiou a diplomacia presidencial. Ele acreditava que, com base em seu desempenho pessoal, algumas questões seriam resolvidas no "gogó" e essas coisas não se resolvem no "gogó."

Ao mesmo tempo, o Brasil fragilizou a sua estrutura produtiva e não soubemos fazer a autocrítica do desenvolvimentismo. Esse modelo havia nos permitido constituir uma grande e brilhante economia industrial, mas com grandes níveis de exclusão social e muita concentração de poder.

Conseqüentemente, o débito social ficou evidente e nos tornamos extremamente vulneráveis a situações internacionais de turbulência que o capital especulativo criava. Não será escrevendo carta ao G8, conversando com Clinton ou indo passar um fim de semana em Camp David que se resolve esse tipo de problema. Então, os problemas da política externa não podem ser creditados ao Itamaraty, na medida em que, evidentemente, o ministério fez o que é papel seu: cumpriu as determinações presidenciais.

Quais são as propostas concretas que o Governo Lula deve apresentar para resgatar, revitalizar e ampliar a abrangência do Mercosul?

Vamos discutir com os nossos parceiros uma ajuda política para o Mercosul, que passa pelo reforço da sua secretaria e dos organismos executivos, pelo reexame dos órgãos de solução de controvérsia, pelo início da discussão da criação do Parlamento Americano e por uma série de outras iniciativas que podem ser implementadas, independentemente de problemas tarifários ou não.

Depois vamos ter de fazer a mesma coisa no sentido de localizar e mapear todos os problemas que existem hoje. Nas nossas negociações, temos problemas com o Uruguai e a Argentina. Eu diria que também temos de examinar a internalização das normas do Mercosul, que significa não só uma medida do ponto de vista institucional, mas também de políticas concretas. Existem determinadas dificuldades que o Mercosul enfrenta no âmbito da política comercial que poderiam ser resolvidas com mudanças tributárias e políticas creditícias e de apoio tecnológico.

Necessitamos, também, examinar todos os problemas que o Mercosul enfrenta, reuni-los, organizá-los e fixar um calendário. Vamos ter de adotar, também, uma atitude diferenciada com o Chile. Na reunião com o presidente Lagos, dissemos que não adianta propormos o aumento ou a redução de nossas respectivas tarifas externas porque sobre isso não tem acordo. Agora, é possível estabelecer algum tipo de mecanismo de compensação dessas tarifas? Se for possível, vamos estudar isso.

Leonardo Castro

Então, para a construção da política de integração sul-americana vamos utilizar aquilo que normalmente se chama de política de geometria variável. Não pode ser, evidentemente, uma só forma, mas, tentaremos reforçar o núcleo duro do Mercosul.

A fragilidade das economias argentina e uruguaia não restringe a recuperação do Mercosul?

Paradoxalmente, não. Acho que podem até funcionar como facilitador, porque tínhamos uma incompatibilidade macroeconômica entre Brasil e Argentina que, sem dúvida alguma, foi um elemento que estabilizou o avanço do Mercosul. Não credito exclusivamente ao governo brasileiro as responsabilidades da nossa política externa, mas à política argentina durante o período Menem e também no governo De La Rua. A intenção de uma relação privilegiada com os EUA - ainda que na prática o comércio fundamental se desse com o Brasil - dificultou o aprofundamento do Mercosul.

Hoje, com as crises argentina e brasileira as condições estão, de uma certa maneira, zeradas. O que você vê hoje na Argentina é um sentimento pró-Brasil muito forte. É um sentimento que perpassa não só a sociedade argentina, os intelectuais, os meios universitários, mas que está fundamentalmente inscrito na posição do próprio governo. Como nós também temos um sentimento pró-Argentina muito forte, isso pode constituir um elemento importante pra solidificar as relações.

Como o senhor analisa a evolução dos acontecimentos na Venezuela?

Com preocupação,evidentemente, porque a Venezuela é um país amigo e com o qual temos fronteiras. Trata-se também de um país que tem importância econômica e ocupa um lugar relevante na estratégia geral do continente.

Criou-se na Venezuela uma situação difícil de resolução porque o país está dividido e as partes encontram-se muito rígidas nas suas posições. Acho que o que temos de fazer, respeitando a autonomia do país, é contribuir para pacificar e evitar uma interferência externa. Achamos que as negociações, tais como elas vêm sendo impulsionadas pelo secretário-geral da OEA, estão bem e não gostaríamos que a instituição extrapolasse esse tipo de condução.

Como se darão as relações do governo Lula com os Estados Unidos?

As relações com os Estados Unidos têm tanto aspectos bilaterais, como multilaterais. No âmbito bilateral, temos reiterado que não pretendemos dar à relação com os EUA nenhum conteúdo ideológico. Pretendemos dar um caráter político, sabendo que os EUA defendem seus interesses e nós vamos defender os nossos. Essa situação pode criar, em determinado momento, zonas de conflito compreensíveis, que serão resolvidas através da negociação e do bom entendimento.

Os EUA têm revelado ultimamente a ênfase em uma perspectiva unilateralista. Mas, por outro lado, eles têm manifestado um certo pragmatismo em alguns domínios e acho que um deles é o Brasil. A atitude adotada em relação a nós só pode ser elogiada, pois o presidente Bush telefonou, cumprimentou o Lula e o recebeu nos Estados Unidos. Isso não é comum.

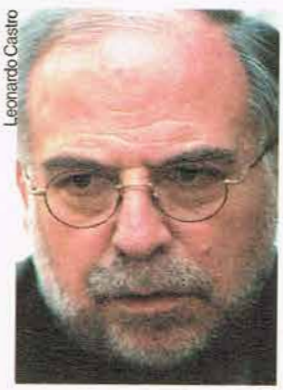
A própria postura do Fundo Monetário Internacional (FMI), ainda que ele não se confunda com o governo dos EUA, tem sido uma posição extremamente favorável. Enfim, o contato que o Lula teve com o Zoellick, os seus contatos com o parlamento dos EUA e a própria repercussão que a visita do presidente causou na imprensa norte-americana só reforçam a minha opinião de que tudo isso configura um quadro bilateral favorável.

Leonardo Castro

Agora, evidentemente, temos apreciações distintas sobre temas multilaterais. Eu poderia invocar desde o Protocolo de Kyoto, o critério de extraterritorialidade com o qual os EUA operam a posição em relação ao Iraque e a outros conflitos do mundo.

É possível prever quais serão as áreas de tensionamento nas relações Brasil-EUA?

São basicamente questões de ordem comercial, a exemplo das negociações da ALCA. Neste caso, temos três grandes temas que vão ser objeto de dificuldades. O primeiro é um tema congênito, na medida em que a ALCA reúne economias que são muito distintas, seja pelas suas dimensões ou pela sua sofisticação. Segundo, a política protecionista que os EUA vêm adotando nos últimos anos nas áreas onde somos mais competitivos. E, em terceiro lugar, há uma série de questões que os EUA querem introduzir na discussão da ALCA que não estão resolvidas, inclusive na OMC, como compras governamentais, propriedade intelectual, etc.


Leonardo Castro

Pode ser que surjam outras questões, mas essas podem ser resolvidas com mais facilidade, como é o caso do problema da Colômbia e da tríplice fronteira. Temos condições de resolver mais facilmente essas questões, até porque não há uma posição vacilante ou ambígua do Brasil no que diz respeito ao terrorismo ou com relação à uma solução negociada para a Colômbia.

Quais são as perspectivas de negociação para a questão das barreiras comerciais e dos subsídios concedidos pelos EUA?

É difícil e complicado porque esse tema não é de alcance exclusivo do presidente dos EUA. Ele está nas mãos do congresso norte-americano, porque a política de comércio exterior dos Estados Unidos, diferentemente da nossa, é definida basicamente no âmbito do Parlamento, que é uma caixa de ressonância de interesses corporativos, locais, regionais, etc. Esse aspecto vai pesar de maneira significativa porque temos de ter claro que o próprio *fast track* foi outorgado com uma série de condicionalidades muito grandes. A grande verdade é que tem havido uma certa inflexão pragmática positiva dos EUA que deverá contribuir para a constatação de que não existirá ALCA sem Brasil. Pode existir uma outra coisa, mas não a ALCA.

Qual a relação entre a Alca e a proposta do presidente Lula de criar um Parlamento das Américas?

O presidente tem dito com muita freqüência que preferiríamos o modelo de integração europeu. É o que estamos defendendo de imediato para o Mercosul e, talvez, para a própria América do Sul. Essa proposta passa por estabelecer uma zona de convergência de políticas industriais, agrícolas, de ciência e tecnologia, de aproximação cultural, de intercâmbio universitário, enfim, de meios e ações capazes de gerir as questões macroeconômicas.

Esse processo poderia se iniciar pela articulação de bancos centrais, e quem sabe, uma moeda única. Esse é um paradigma com o qual estamos trabalhando. O presidente não pretende, como diz o ditado popular, introduzir o bode na sala para inviabilizar a ALCA. Até porque existem outros "bodes" que podemos colocar como, por exemplo, a livre circulação de pessoas que, aliás, o Mercosul acaba de aprovar. Isso já seria o suficiente para, provavelmente, criar um constrangimento muito grande na negociação.

É óbvio que, no caso do parlamento americano, trata-se de um modelo mais longínquo, quase uma utopia mas que, num prazo relativamente curto, pode ser aplicada no Mercosul e, quem sabe, mais adiante, na própria América do Sul. Hoje em dia, temos o Parlatino, que, sem nenhum desdouro com os ingleses, é meio parecido com o da Câmara dos Lordes, na medida em que ele não é efetivamente uma instância importante.

Qual a posição que o governo Lula deve adotar a respeito da inclusão do Brasil como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU?

O governo brasileiro defenderá, sim, a mudança da estrutura do Conselho de Segurança e a inclusão do Brasil, junto com outros países como Japão, Alemanha e talvez a Índia, nessa

instância. Essa reivindicação tem de decorrer de um entendimento muito grande na esfera latino-americana pelo fato de que a Argentina e o México também aspiram *status* semelhante.

Penso que qualquer mudança desse tipo deveria estar vinculada a uma reflexão maior sobre as Nações Unidas. A ONU se enfraqueceu muito e, no âmbito de um mundo multilateral, ela tenderia a ser a instância fundamental de decisão e o Conselho de Segurança, por sua vez, teria de operar sobre as questões da guerra e da paz. Não é o que está ocorrendo no momento atual, então teremos de nos somar aos movimentos pelo restabelecimento do multilateralismo e, ao mesmo tempo, levar adiante negociações para uma reformulação grande da ONU.

O acordo Brasil–Estados Unidos sobre a base de Alcântara compromete a soberania do País?

Eu prefiro deixar isso aí para o futuro governo. Houve pareceres divergentes ao relatório do nosso deputado Waldir Pires. Vou ter de dar uma reexaminada e acho melhor deixar esse assunto de molho, no momento.

Como o governo Lula pretende superar a vulnerabilidade externa da economia brasileira?

Sem eliminar essa vulnerabilidade, todo e qualquer esforço de crescimento será praticamente inútil. Vamos ter de transitar para um modelo de crescimento forte, que terá implicações na nossa política externa, reduzir a taxa de juros e controlar a inflação. Então, esse é um dos grandes desafios a ser enfrentado pela equipe econômica e, para usar uma expressão que utilizamos brincando e o jornalista Clóvis Rossi retomou outro dia, 'nós vamos ter que trocar o pneu do carro andando'.

Qual será a esfera de governo responsável pela promoção comercial? Que participação os diplomatas terão nesse trabalho?

O diplomata tem uma competência específica altamente qualificada para tudo que diz respeito às negociações multilaterais, como a OMC, ALCA e o Mercosul. Não precisamos inventar a roda, pois ela já existe. A idéia de um organismo de promoção do comércio exterior não conflitará de maneira nenhuma com o Ministério das Relações Exteriores. O presidente tem muito claro que o Itamaraty se ocupa de uma questão maior, que é o lugar do Brasil no mundo, no interior do qual se insere o problema das relações comerciais. É evidente que as nossas relações comerciais fluirão melhor se tivermos uma boa presença no mundo, da mesma forma que boas relações comerciais também ajudam a expandir a nossa influência internacional.

Quais serão as funções desse organismo e como ele se relacionará com o Itamaraty e as outras esferas de governo?

Esse assunto envolve uma série de esferas, como os Ministérios do Desenvolvimento, das Relações Exteriores e da Fazenda. O seu escopo é garantir uma promoção comercial mais forte e a idéia é compatibilizar essa proposta com a atuação da diplomacia brasileira que, em alguns casos, realiza muito bem essa tarefa. Temos casos de embaixadores que fizeram um magnífico trabalho de incremento de nosso comércio exterior.

Leonardo Castro

O novo órgão vai cumprir uma função muito específica, que é a de proteção do comércio exterior brasileiro. O comércio exterior brasileiro é muito discreto e temos uma presença um pouquinho superior a 1% do comércio mundial, que representa em torno de 10% do PIB brasileiro. Não temos a ilusão de que vamos chegar a uma situação como a do Chile, que tem 65% de seu PIB proveniente do comércio exterior. Mas podemos aumentar consideravelmente esse comércio, por causa do problema da vulnerabilidade externa. Se quisermos eliminar nossa vulnerabilidade externa, ajeitar as contas externas e, com isso, não ficarmos condicionados a pressões monetárias de quem quer que seja, precisamos ter um comércio exterior maior e produzir excedentes maiores.

O comércio exterior brasileiro sofreu uma melhoria nesses últimos tempos, em parte porque houve a preocupação de promoção, mas muito mais pelo fato da desvalorização da moeda e da recessão interna, que fez com que as importações caíssem. Portanto, essa situação articulada com outras medidas, como substituição de importações nas áreas em que somos independentes, vai nos ajudar a ter o sonhado perfil de crescimento e de presença internacional.

Qual deve ser o papel do Ministério das Relações Exteriores no governo Lula?

Fundamental. O fato de ter sido escolhido um diplomata para o Itamaraty demonstra que o presidente Lula confia na Casa. Ele escolheu alguém que tem as mais altas qualificações, já foi ministro das Relações Exteriores, embaixador na ONU, em Londres e em Genebra. É um quadro que praticamente não tem mais o que fazer para melhorar o seu currículo e retorna ao Itamaraty no momento em que o presidente está disposto a dar um peso enorme à sua política externa.

Como o senhor vê o diplomata brasileiro no contexto atual?

Tenho uma opinião muito favorável, que é avalizada pelos mais de 10 anos em que fui secretário de Relações Internacionais do PT e pelo contato que venho mantendo com os diplomatas, nos dois últimos anos. A impressão que tenho tido é muito boa e considero o pessoal do Itamaraty preparado, qualificado e, de uma maneira geral, com um alto espírito nacional e republicano. Então, acho que é uma sorte para quem assume o Ministério das Relações Exteriores, porque chega lá e a Casa está totalmente arrumada.

Leonardo Castro

O perfil do diplomata deve ser orientado para a condição de especialista ou ele deve ter uma formação mais ampla?

Precisamos das duas coisas. Não sei se as mesmas pessoas precisam ser generalistas e especialistas. Vamos precisar, evidentemente, de generalistas, que são aquelas pessoas que vão tomar grandes decisões. Neste caso, necessita-se de grande discernimento, capacidade política muito forte, espírito republicano e condições para entender rapidamente o que é o interesse nacional.

Agora, precisamos também mais pessoas qualificadas. Sei, por exemplo, que, comparada com as delegações de outros países, a nossa presença em Genebra é pequena. Temos um número de pessoas muito qualificadas lá, mas que é insuficiente em sua quantidade. Precisaríamos ter mais diplomatas ou, se não tivermos mais diplomatas, pelo menos o Itamaraty tem que se organizar para contar com um apoio maior. Precisamos mobilizar fortemente o pensamento nacional, ter um contato maior com as universidades e formar mais advogados que possam se ocupar de questões de comércio internacional.

Qual será o papel do senhor no governo Lula?

O meu nome foi cotado para o Itamaraty por especulações de crença. Era mais ou menos normal que, tendo operado por 10 anos como Secretário de Relações Internacionais, eu fosse apontado. Fui citado também para o Ministério da Educação e até para ministro da Cultura, porque estava na Secretaria da Cultura de São Paulo. Escapei da pasta dos Esportes por causa do meu físico, porque senão surgiria qualquer outra especulação.

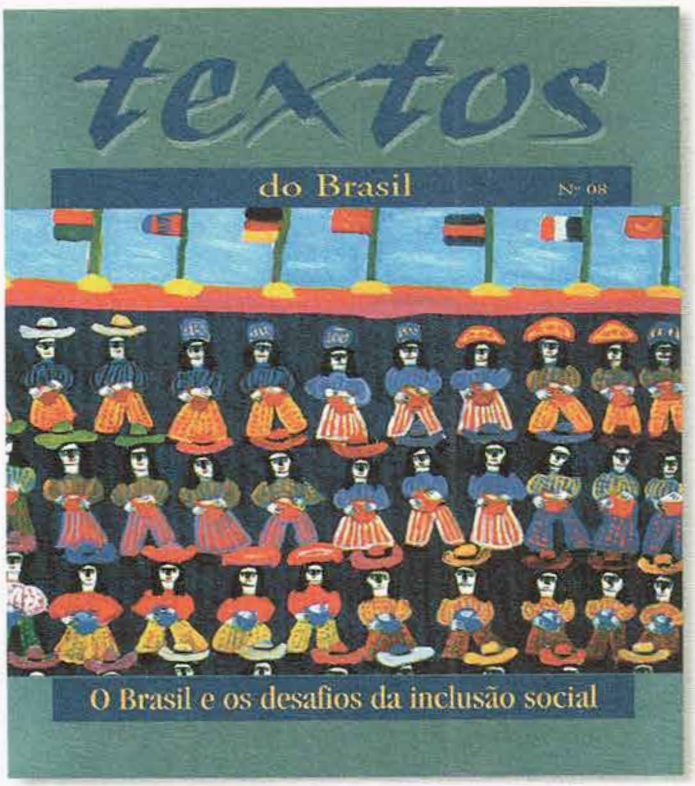
Vou trabalhar na área internacional e o presidente pediu que, além de me ocupar das questões gerais de assessoramento da Presidência, eu tenha uma presença mais forte nos temas sul-americanos, coisa que vou fazer em absoluta sintonia com o Ministério das Relações Exteriores. Isso ficou acertado desde quando o ministro Celso Amorim foi formalmente convidado. O meu entendimento com o ministro é de 100% e não haverá nenhuma zona de conflito.

É normal em todos os países do mundo que haja vários vetores de política externa. No Brasil temos apenas o Ministério das Relações Exteriores, a assessoria do presidente e a câmara ligada ao comércio exterior. Imagine nos Estados Unidos que são oito, nove, dez, mas isso de maneira geral, se harmoniza.

O Itamaraty e a política de comunicação com a sociedade

O progresso dos transportes e das comunicações vem provocando crescentes transformações da atividade diplomática. As três funções tradicionais - informar, representar e negociar - embora persistam, mudaram muito. A elas acrescente-se, com a enorme intensificação das viagens internacionais e, no caso do Brasil, a onda de emigração da década de oitenta, o aumento da função consular de proteção dos nacionais no exterior.

De todas essas funções, talvez a que mais tenha mudado seja a de informar. Com o progresso das comunicações e principalmente com a Internet e a TV a Cabo, é impossível ao diplomata concorrer com a imprensa na rapidez da transmissão de informações. Por isso, muito mais do que comunicar a suas chancelarias os fatos ocorridos no país onde está lotado, cabe a ele analisar e reportar esses fatos à luz dos interesses de seu país.



A revista " Textos do Brasil", publicada em português, inglês, francês e espanhol, vem aprofundando temas da realidade brasileira desde 2001

A função de informar mudou também em um outro sentido: nos últimos anos intensificaram-se muito as atividades do que se convencionou chamar diplomacia pública. A diplomacia pública tem duas acepções: a) a diplomacia ostensiva, que se exerce sob o olhar da imprensa e da opinião pública, em contraposição à diplomacia secreta ou confidencial; b) a diplomacia dirigida à opinião pública, pela qual as chancelarias colhem insumos para definir suas posições, e informam à opinião pública sobre suas atividades.

No caso do Itamaraty, as atividades de diplomacia pública vêm-se expandindo cada vez mais. São muitos os setores da Secretaria de Estado e dos postos no exterior que exercem tais atividades. Entre eles está o novo Departamento Cultural e de Divulgação (DC), que, a partir de maio último, passou a responsabilizar-se pelas tarefas do antigo Departamento Cultural, bem como pelas atividades de divulgação, que antes cabiam à Assessoria de Comunicação Social.

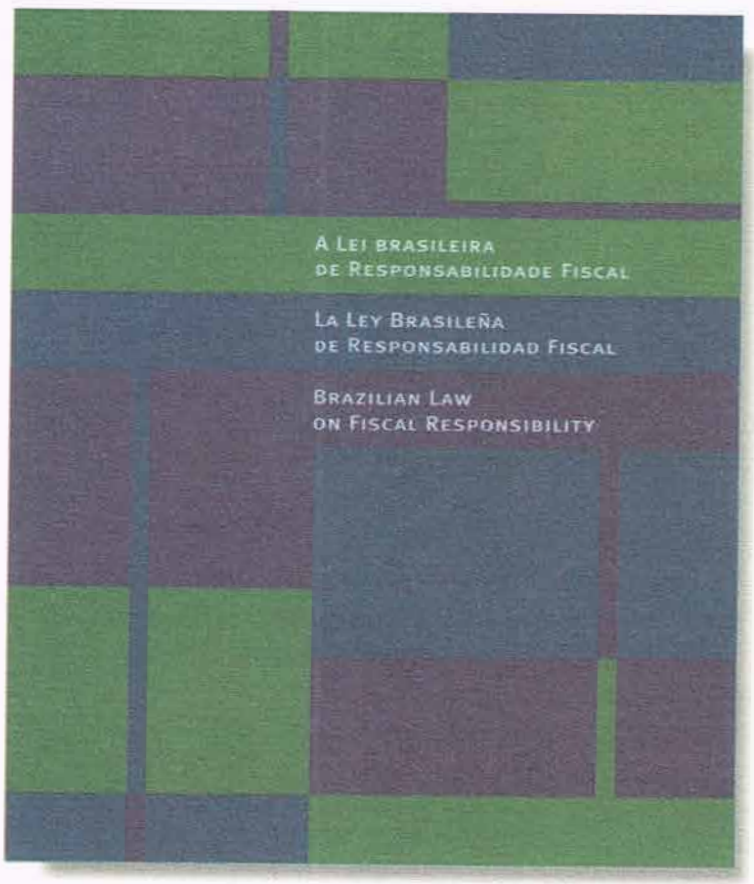
Tarefas do DC

As tarefas de divulgação incluem: a) divulgar no Brasil a política externa brasileira; b) divulgar no exterior a política externa brasileira; c) divulgar o Brasil no exterior. Elas pressupõem a elaboração constante de informações sobre o Brasil e a política externa brasileira que são transmitidas à opinião pública, tanto no país quanto no exterior, com ênfase

no trabalho junto a formadores de opinião brasileiros e estrangeiros. O DC é responsável pela supervisão da página na Internet da Secretaria de Estado e dos postos no exterior, que constitui o melhor meio de comunicação com a opinião pública brasileira e estrangeira.

Brasil, em vídeo

Elabora, ademais, diferentes tipos de material informativo, que incluem vídeos, livros, mapas, pôsters, boletins virtuais e impressos e revistas. Os textos são produzidos com base em ampla lista de temas e visam a fornecer informações sobre aspectos físicos, econômicos, culturais e políticos do País. Grande parte dessas informações é elaborada por órgãos governamentais responsáveis pela execução de projetos ou políticas públicas. Algumas delas, no entanto, são encomendadas a especialistas de diversas áreas.



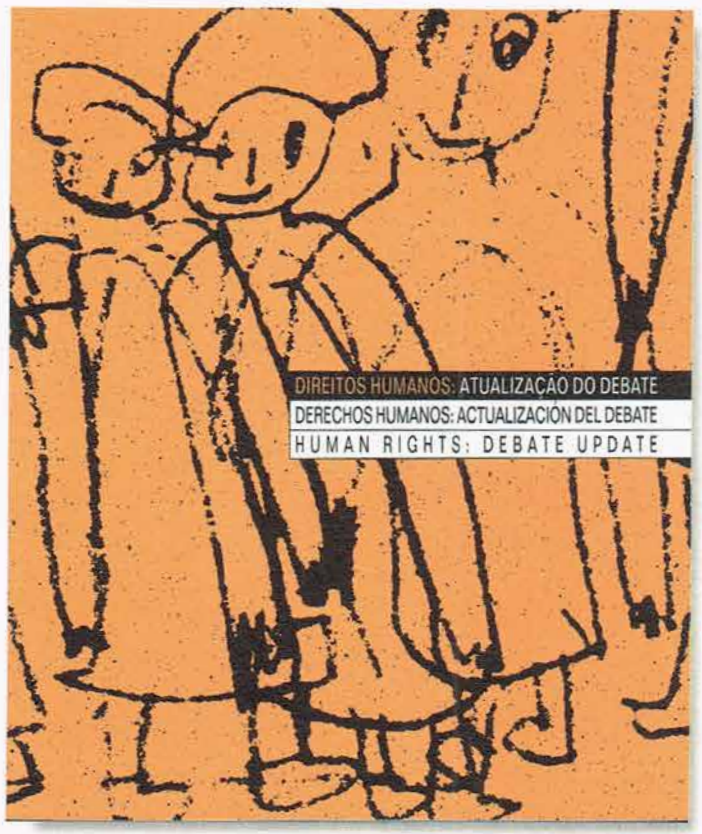
A elaboração de vídeos sobre o Brasil, nas versões em português, espanhol e inglês, com a colaboração de outros órgãos é uma parte importante da pauta de trabalho do DC. Foram concluídos até agora: 1- Brasil- belezas naturais; 2- Brasil- governo e sociedade; 3- Dança contemporânea no Brasil; 4- Direitos Humanos no Brasil; 5- Desenvolvimento do interior do Brasil; 6- A formação e a carreira de diplomata e 7- O Barão do Rio Branco (os dois últimos para serem mostrados na TV Escola, do Ministério da Educação). Em fase final de execução encontram-se: 8- Brasil *fashion*; 9- Notas do Brasil; 10- Um *cartoon* animado; 11- Capoeira, uma dança brasileira; e 12- A fruticultura brasileira.

Entre as informações e publicações destacam-se: 1) o boletim eletrônico "Brasil Atual", em português, inglês, francês e espanhol, sobre temas da atualidade brasileira; 2) a revista "Textos do Brasil", com textos e ilustrações sobre temas brasileiros, em português, inglês, francês e espanhol. Desde o ano passado, foram publicados números sobre educação, os desafios da inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Ainda este ano será lançado um número sobre saúde e, para o próximo ano, encontram-se na pauta: "Notas do Brasil- a história da MPB" e "Moda e *design* brasileiros".

Além dessas publicações, o DC também produz a revista "Temas Brasileiros", com questões da atualidade de grande repercussão sobre a política externa, em português, inglês e espanhol. Iniciada no corrente ano, já foram publicadas revistas sobre energia e integração na América do Sul; indústria do aço no Brasil; e uma atualização do tema de direitos humanos. Estão sendo elaborados, ainda, números sobre a questão indígena no Brasil, ilícitos transnacionais, pesquisa em biotecnologia

no Brasil, os avanços da cultura brasileira e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O ensino do Português no exterior, o novo cinema brasileiro, o *cartoon* no Brasil, sabor do Brasil - um apanhado da comida brasileira, a história do Carnaval e projetos inovadores- a inclusão do portador de necessidades especiais na sociedade brasileira são outros temas que também constam da linha de produção do DC.

Várias dessas revistas vêm sendo lançadas em seminários no âmbito do "Fórum Rio Branco", numa cooperação entre o DC e o Instituto Rio Branco, que se destina a fomentar a discussão entre o governo e a sociedade sobre temas de interesse para o Brasil e a política externa brasileira.



Público infanto-juvenil

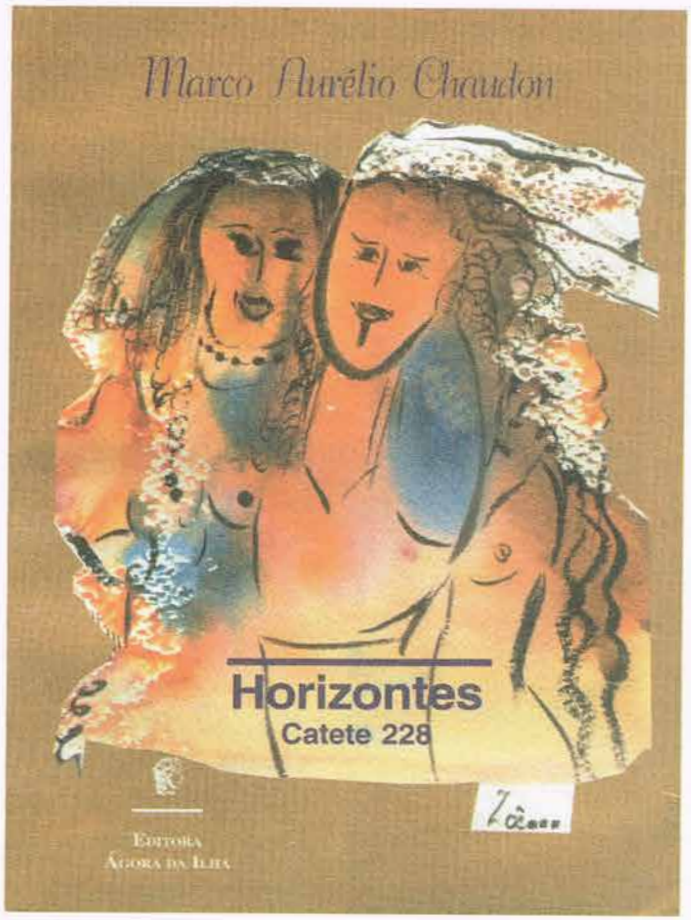
Para as comemorações do Centenário da Posse do Barão do Rio Branco como ministro das Relações Exteriores, o Departamento Cultural e de Divulgação, em parceria com a Fundação Alexandre de Gusmão, lançou o livro infantil "As Aventuras do Barão do Rio Branco", uma biografia dirigida ao público infanto-juvenil e distribuída a bibliotecas e alunos da rede de ensino público, de autoria dos jovens diplomatas Ricardo Primo Portugal e Fernanda Magalhães Lamego.

O livro foi lançado por ocasião da visita ao Itamaraty de alunos de escolas da rede pública do Distrito Federal. Essa atividade há um ano compõe o programa de diplomacia pública da Coordenação de Divulgação do DC, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, para divulgar temas da política externa brasileira na comunidade local. No decorrer do ano, vários grupos de alunos de escolas da periferia visitaram o Itamaraty para participar de discussões sobre direitos humanos, meio ambiente, carreira diplomática e relações Brasil-África.

O programa conta com o apoio do Cerimonial e do Departamento de Administração e inclui, além da visita dos alunos ao Itamaraty, a remessa de livros sobre o tema abordado à escola visitante e o apoio para transporte e refeição dos alunos. Quinhentos alunos da rede pública de ensino médio já participaram do programa.

As atividades de diplomacia pública do Itamaraty tendem a crescer, uma vez em que aumenta o interesse da opinião pública brasileira e estrangeira em informar-se sobre o Brasil e sua política externa. Constituem também um instrumento poderoso de aproximação entre o governo e as sociedades brasileira e estrangeira, em benefício de uma maior compreensão de temas que afetam cada vez mais a vida dos cidadãos.

George Firmeza
Luiz Fernando Ligiéro



Horizontes - Catete 228
Marco Aurélio Chaudon.
Editora Ágora da Ilha, 204 págs., 2002

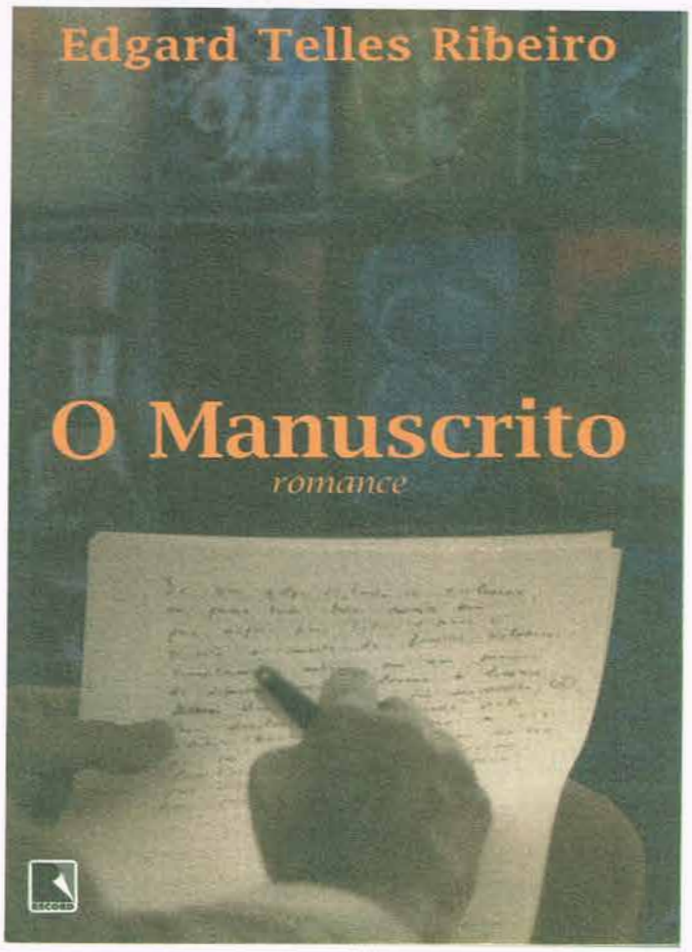
Em coletânea de crônicas saborosas, Marco Aurélio Chaudon volta o seu olhar – carioca, humanista e, por vezes, mordaz – para temas variados que compõem os "Horizontes" de seu cotidiano. Entre eles, a poesia, a mulher, os amigos, a nostalgia e, como não poderia deixar de ser, a diplomacia. Em "A Velha Casa", por exemplo, oferece aos diplomatas mais antigos a oportunidade de reviver as saudades da Rua Larga e aos demais, o contato com traço marcante da "cultura da Casa".

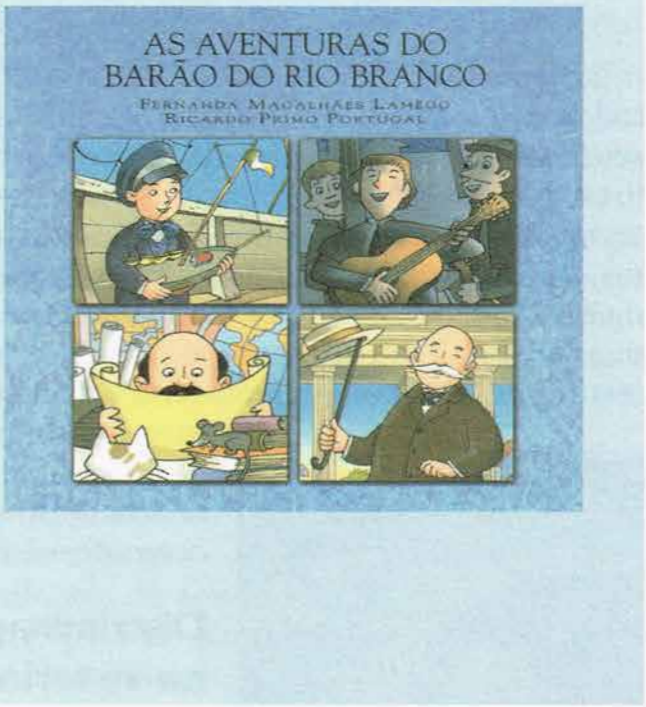
Com o humor e a leveza de quem brinca despretensiosamente de escrever, o autor, membro do Pen Club do Brasil, incita à reflexão sobre a Vida, com maiúscula. Ao mesmo tempo, retrata, com invejável perspicácia e acuidade, o ambiente carioca de hoje e de ontem. É assim que se reúne a turma do "Catete 228", para aquele papo gostoso à volta da mesa, com a participação de "Marco, diplomata aposentado e escritor de crônicas sobre as coisas da vida".

O Manuscrito
Edgard Telles Ribeiro
Editora Record, 254 págs., 2002.

Nesta sua sexta obra de ficção, Edgard Telles Ribeiro nos apresenta Paulo Valladares, brasileiro residente na Nova Zelândia, personagem que cria, em seu "Manuscrito", molduras múltiplas para as suas vivências. Sua narrativa, na primeira pessoa, tem por contraponto a troca de correspondência de outros personagens (como o terapeuta e o Embaixador), que procuram compreender esse universo a partir da "realidade".

Se, de início, o leitor presencia o que está (ou não) acontecendo, com o virar das folhas acaba totalmente envolvido numa "viagem" quântica, em que dimensões da realidade, conhecidas e desconhecidas, se entremeiam. Daí um certo choque ao ler o posfácio, em que Telles Ribeiro nos conduz subitamente de volta ao que se convencionou chamar de "a luz do dia", a realidade lógica e aparente, identificando as pessoas que trouxe de seu cotidiano para "O Manuscrito".





As aventuras do Barão do Rio Branco
Fernanda Lamego e Ricardo Primo Portugal.
MRE - DC/FUNAG, 87 págs., 2002.

Dois jovens terceiros-secretários, Fernanda Magalhães Lamego, com o texto em prosa, e Ricardo Primo Portugal, com a parte poética, produziram uma encantadora história do Barão do Rio Branco. Embora o livro seja dedicado basicamente ao público infanto-juvenil, retrata, com fidelidade, o fundamental da vida e obra do maior dos diplomatas brasileiros, tocando, inclusive, pontos nem sempre apresentados nos livros didáticos de História, como, por exemplo, o casamento de Juca Paranhos com a artista belga Marie Philomène.

A linguagem do livro, sem nada ter de infantil, é bastante viva e imaginativa para atrair não só os jovens, mas adultos interessados em obter um razoável conhecimento sobre o Barão do Rio Branco, em um livro de apenas 87 páginas, entremeado de bela poesia adequada ao objetivo da obra e com artísticas ilustrações de Alberto Llinares e Avelino Guedes.

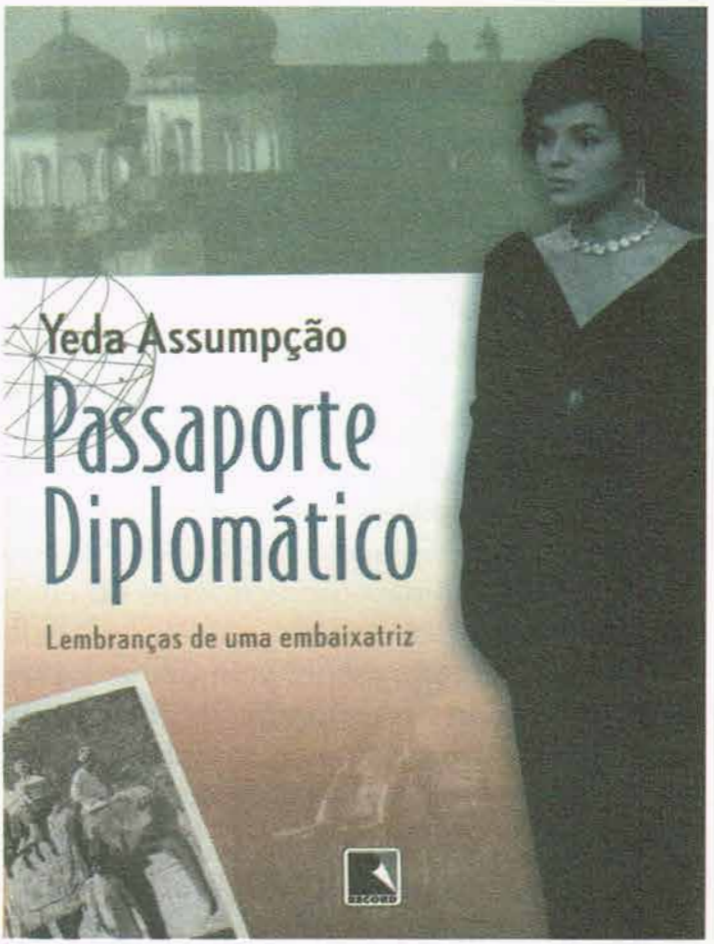
É um livro que se recomenda, inclusive pela beleza gráfica, a todos aqueles que desejem presentear a jovens de todas as idades, com uma introdução leve, bem-humorada, mas precisa da grandeza histórica e humana de Rio Branco.

Passaporte Diplomático - Lembranças de uma Embaixatriz, Yeda Assumpção.
Editora Record, 269 págs., 2002.

Embora tenham aparecido, nos últimos anos, uma série de livros de ilustres diplomatas sobre sua atuação na área da política exterior – o que, quem sabe, talvez seja o início de uma historiografia diplomática com autores que foram atores dos fatos – são raros os testemunhos de embaixatrizes, que participam da maior parte da vivência profissional de seus cônjuges.

O livro de Yeda Assumpção, que já está na sua segunda edição, é, sobretudo, o relato, sob uma forma agradável de ler, com muito de pitoresco e humano, da vida de uma embaixatriz. Com louvável discernimento, ela evita aprofundar-se em grandes problemas e negociações diplomáticas, mencionando-as quando necessário, pois parece estar ciente de que o leitor considerará que a autora verá sempre o marido antes do embaixador.

Como menciona Josué Montello, na orelha do livro, nota-se sempre, no trabalho da embaixatriz Assumpção, a "convicção patriótica de que o verdadeiro diplomata é emissário de sua Pátria".



Educação para filhos de diplomatas no exterior é direito constitucional

De todos os direitos sociais inscritos na Constituição Federal de 1988, provavelmente nenhum mereceu tratamento mais cuidadoso do legislador do que o direito à educação. Sua regulamentação, nos níveis federal, estadual e municipal, consagrou a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família. O fim maior dessa garantia constitucional é o preparo da criança e do adolescente para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Entre os princípios básicos definidos no arcabouço legislativo nacional, ressaltam-se o da universalidade do acesso e o da gratuidade e obrigatoriedade do ensino fundamental.

O artigo 5º da Lei de Diretrizes e Bases dispõe que o acesso ao ensino fundamental é um direito público subjetivo, "podendo qualquer cidadão, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legitimamente constituída, e ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo". O não-oferecimento de ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, representa violação a um direito previsto na Constituição Federal, o que resulta em crime de responsabilidade por parte da autoridade competente.

Em decorrência dessas garantias constitucionais, reconhece-se ao servidor público que desempenha funções no Brasil o direito e a discricionariedade, concedidos a todos os cidadãos brasileiros, de matricular seus filhos ou dependentes em estabelecimentos escolares da rede pública. Evidentemente, tal decisão depende de uma série de fatores, que vão desde a orientação pedagógica da instituição que melhor atenda às expectativas dos pais ou responsáveis às eventuais restrições financeiras decorrentes do vencimento mensal percebido e da renda familiar correspondente.

Discriminação no exterior

Inteiramente diversa é a realidade dos servidores públicos que desempenham funções no exterior. Embora seus filhos e dependentes continuem a gozar do direito subjetivo de acesso gratuito e obrigatório ao ensino fundamental, tal garantia constitucional vê-se esvaziada pela circunstância especial gerada pela transferência para o exterior do servidor público a serviço do Estado. Nessa condição, os servidores passam a enfrentar a contraditória responsabilidade de zelar pelo direito à educação gratuita e obrigatória assegurado aos seus filhos e, ao mesmo tempo, lidar com as restrições impostas pela realidade especial derivada da vida no exterior.

Há muitos anos, os servidores públicos em missão no estrangeiro enfrentam dificuldades para educar seus filhos em instituições de ensino de qualidade assemelhada à das boas escolas brasileiras. Em geral, o compro-

metimento de parte importante do salário com o pagamento de escolas privadas afeta significativamente a renda familiar e a qualidade de vida no exterior. A capacidade de poupança do servidor, dependendo do país em que esteja servindo, acha-se hoje bastante comprometida ou mesmo inviabilizada.

Em conseqüência, diversos diplomatas e funcionários do serviço exterior passaram a manifestar, em cartas dirigidas ao Boletim da ADB e a outras publicações de suas respectivas associações de classe, preocupação com os efeitos dessa realidade sobre a qualidade da formação educacional de seus filhos. A Administração do Itamaraty, ciente da dimensão do problema, decidiu consultar, em 1998, todos os postos no exterior, a fim de identificar o universo de dependentes de servidores que fariam jus a uma eventual complementação salarial destinada ao pagamento de despesas relacionadas à educação. Chegou-se ao número (referente a janeiro de 1999) de 842 crianças e adolescentes.

Arquivo Radiobrás

O ex-ministro Pedro Parente não encaminhou a proposta do MRE

Minuta de projeto

Em 28 de outubro de 1999, o então ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, enviou o Aviso Ministerial número 16 ao ministro da Casa Civil, Pedro Parente, acompanhado de minuta de projeto de lei destinado a incorporar conceitos e procedimentos à legislação relativa à remuneração no exterior, no que se refere à definição de dependentes para efeito da percepção de determinados benefícios.

Cabe recordar que o legislador nacional, ao redigir e aprovar a Lei nº 5.809, regulou diferentemente as remunerações dos servidores públicos (civis e militares) que exercem suas funções no Brasil e no exterior. Hoje, passados trinta anos da entrada em vigor da referida legislação, o Direito brasileiro apresentou grande evolução, beneficiando os servidores no Brasil, sem que tais avanços se hajam refletido na realidade dos funcionários que servem ao País no exterior.

O projeto de lei mencionado contempla os casos em que o servidor está obrigado a custear o estudo dos filhos no país onde se encontre lotado. O projeto estabelece o valor máximo a ser pago por dependente (U$ 330,42 mensal), o que implicaria para o Itamaraty um custo máximo mensal, à luz da realidade de janeiro de 1999, de U$ 278,210.83. Diz o texto da minuta de projeto que o auxílio-família "poderá ser acrescido de um quantitativo mensal de até 1/30 (um trinta avos) por dependente do maior valor de indenização de representação no exterior atribuído ao chefe de missão diplomática, quando o servidor tiver que custear a educação dos dependentes".

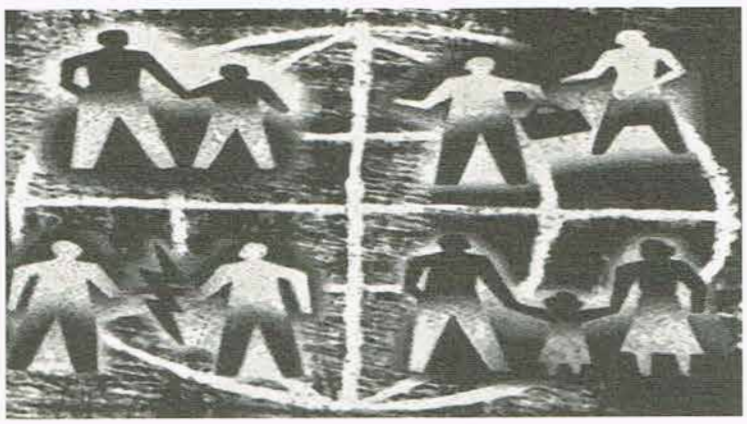
Proposta engavetada

Desconhece-se o encaminhamento dado pela Casa Civil da Presidência à exposição de motivos. Tendo em vista a data em que o documento foi enviado à Presidência da República, é legítimo supor que o assunto não mereceu tratamento prioritário. Considerando a importância do assunto para número expressivo de servidores civis e militares que exercem funções no exterior, seria fundamental que a Associação dos Diplomatas Brasileiros levasse à administração do Itamaraty a prioridade que os associados atribuem ao preenchimento de grave lacuna na legislação relativa à remuneração no exterior.

Apesar das restrições orçamentárias, não se pode ignorar a legitimidade e a legalidade constitucional do pleito. A falta de proteção apropriada ao direito à educação dos filhos de servidores do Estado que prestam ser-

viço no exterior compromete a qualificação educacional de crianças e adolescentes, apenadas involuntariamente pelos efeitos nem sempre positivos da expatriação decorrente da prestação de um serviço público por parte de seu pai, mãe ou responsável.

Seria ilustrativo finalizar com uma breve menção aos serviços exteriores de diferentes países que garantem aos seus funcionários benefícios destinados a mitigar os custos do serviço no exterior e incentivar a transferência de servidores e seus familiares para missões no estrangeiro. Podem ser mencionados os governos do México, do Canadá e dos Estados Unidos como especialmente preocupados com a assistência de seus funcionários lotados no exterior nos gastos extraordinários e indispensáveis incorridos com a educação dos seus filhos e dependentes. Trata-se do chamado auxílio-educação ou *school allowance*.



Experiências de outros países

Sobre a matéria, a Lei do Serviço Exterior Mexicano dispõe, em seu artigo 47 (VII):

La Secretaría, en los términos de la presente Ley y su Reglamento, proporcionará a los miembros del Servicio Exterior en el extranjero, ayuda para el pago de la educación de hijos menores de edad, cuando esta sea onerosa, con apego a las disposiciones de racionalidad, austeridad y disciplina presupuestal.

A Chancelaria canadense assegura assistência financeira aos seus funcionários que se encontram a serviço no exterior. A Diretiva número 34, que trata de *school allowance* dispõe que o objetivo do benefício é *ensure that their children obtain primary and secondary education which approximates Canadian standards and which enables the child to reenter the Canadian school system with as little disruption as possible.* E acrescenta: *To attain this objective, the deputy head may approve payment of admissible education expenses for schooling at the employee's place of duty, in Canada or in a third location, depending upon the compatibility of educational facilities at the post and the child's level of education.*

Segundo diplomata que serve na missão do Canadá junto à OEA, o governo canadense paga os seguintes valores médios de auxílio-educação para um primeiro-secretário com um filho em idade escolar que resida em Washington: U$ 300,00 por gastos de matrícula, U$ 9.000,00 de *annual fee*, U$ 750,00 pelo transporte escolar e U$ 250,00 para a aquisição de livros.

No caso dos Governo dos Estados Unidos, a *school allowance* foi instituída, de acordo com o Title 5, USC, para dar assistência a *employee with the extraordinary and necessary expenses, not otherwise compensated for, incurred because of his service in a foreign area or foreign areas in providing adequate education for his dependents.* Atualmente, a American Foreign Service Association vem negociando com o Departamento de Estado um aperfeiçoamento do sistema que se encontra em vigor. Para maiores detalhes, pode ser consultada a página da Associação (www.afsa.org), onde recomendo a leitura de artigo intitulado *The rising costs of serving overseas: allowances and differentials.*

Sílvio José Albuquerque e Silva

Carta do ex-secretário-geral do MRE ao presidente da ADB

Brasília, 10 de outubro de 2002.

Senhor Presidente,

Com satisfação, recebi o nº 41 do Boletim da ADB. Dentre as matérias publicadas, uma chamou-me especial atenção, porque trata de assunto que acompanhei muito de perto, desde seu início. Por isso, creio que cabem certas precisões, sobretudo para que, por justiça, se deixe registro – e o Boletim de nossa Associação é o veículo adequado para fazê-lo – de que o estabelecimento de novas regras de remuneração resultaram de iniciativa de que já se cogitava quando o ministro Celso Lafer retornou à chefia da Casa, e que prosperou sobretudo porque ele a escolheu como uma das prioridades de sua gestão.

Com a publicação, no Diário Oficial de 4 de outubro, do Decreto nº 4.403, e assinadas, no último dia 07, pelo ministro de Estado, as portarias que estabelecem as metas e os critérios de desempenho, conclui-se o esforço de reestruturação da remuneração dos servidores que integram as três carreiras do Serviço Exterior Brasileiro.

Tratou-se, como é de conhecimento de Vossa Excelência e dos membros da ADB, de processo que teve início em meados do ano passado e culminou com a Lei nº 10.479, de 28 de junho passado. Exigiu empenho determinado da Administração do Itamaraty, à frente o embaixador Carlos Paranhos, nas fases de discussões técnicas, nem sempre fáceis e muitas vezes complexas, com as áreas especializadas do governo. Demandou, em mais de uma ocasião, interferência e gestões diretas do ministro de Estado e minhas, inclusive junto a lideranças no Congresso, nas etapas finais e mais delicadas da tramitação do projeto de lei. Representa, portanto, conquista da instituição. Dela se beneficiarão, a justo título, os integrantes das três carreiras do Serviço Exterior que acompanharam e apoiaram os esforços desenvolvidos pela chefia da Casa.

Cordialmente,

Osmar V. Chohfi - Secretário-geral do MRE

Resposta do presidente da ADB ao secretário-geral do MRE

Brasília, 17 de outubro de 2002.

Senhor Secretário-Geral,

Com sua habitual lhaneza, Vossa Excelência observa, na sua carta de 10 do corrente, que a matéria do último Boletim da ADB sobre as novas regras para a remuneração dos diplomatas não há referência à participação decisiva, para a aprovação da Lei nº 10.479, do ministro de Estado, de Vossa Excelência e da Administração do Itamaraty, tendo à frente o embaixador Carlos Paranhos. Acredito ser esta a matéria que chamou a atenção de Vossa Excelência, pois sobre a mesma já me havia telefonado, com perfeita cordialidade, o chefe, substituto, do gabinete, ministro Fernando Paulo de Mello Barreto Filho.

A esse propósito permito-me fazer as ponderações que seguem abaixo.

A matéria em apreço, do jornalista Ronaldo de Moura, teve propósito exclusivamente descritivo, havendo saído com fotografias de dois parlamentares, o relator do projeto do governo e o autor de emendas rejeitadas, além da minha, da qual só tive conhecimento quando a matéria já estava diagramada, pois não me ocupo pessoalmente do preparo do Boletim. Por esse motivo, dela não constam elogios ao trabalho da chefia na aprovação da Lei nº 10.479, embora nas duas últimas assembléias gerais, às quais esteve presente um alto funcionário do seu gabinete, a Diretoria da ADB tenha considerado o resultado das nossas negociações com o Planejamento, pragmaticamente, como o melhor que se poderia esperar nas atuais circunstâncias.

Esta Presidência desestimulou a inclinação de alguns associados de impetrar mandado de segurança preventivo (em que as autoridades coatoras seriam, formalmente, o ministro de Estado e o SGEX) na questão relativa aos 10% da gratificação dos aposentados, que fere o inciso IV do art. 40 da Carta Magna, optando-se assim por uma ação ordinária (contra a União), com a possibilidade de tutela cautelar.

Sem abrir mão da responsabilidade de presidente da ADB, condição em que lhe presto esses esclarecimentos, existe um Conselho Editorial que orienta a confecção do nosso Boletim, e do qual faz parte funcionário lotado no gabinete do ministro de Estado.

Bastaria que qualquer associado que tivesse conhecimento preciso das gestões feitas em defesa do Itamaraty no preparo da Lei nº 10.479 se dispusesse a escrever um artigo sobre o tema e este seria imediatamente publicado no Boletim 41, ou, já agora, no próximo Boletim, como sugeri aliás ao ministro Fernando Barreto Filho, antes de ver com surpresa a carta de Vossa Excelência publicada no Boletim de Serviço, um dia depois de a ter recebido.

Como bem sabe Vossa Excelência, há ainda algumas frustrações com respeito à Lei nº 10.479 (por exemplo no que concerne a remuneração dos terceiros-secretários, os proventos dos aposentados, a perda da gratificação do CAD e do CAE, que tinham para nós grande valor simbólico, etc.). Na minha opinião, independentemente do esforço feito pela Administração em defesa da Casa, talvez lhe tenha faltado agilidade em informar a sua "clientela" e explicar-lhe, na medida do possível, as dificuldades encontradas para orientar a redação de Lei tão importante para todos nós.

Finalmente, por acreditar que é sempre vantajoso para a Administração manter uma "linha aberta" com os funcionários, especialmente os da carreira de diplomata, que o tempo levará a ocupar a direção do Ministério, reitero a sugestão de que seja fornecido ao Boletim um artigo refletindo o ponto de vista oficial sobre esse assunto, o qual, ainda que tardio, teremos grande satisfação em publicar como publicaremos a sua carta, juntamente com esta explicação, caso para isto Vossa Excelência nos dê a necessária autorização.

Luiz Villarinho Pedroso - presidente da ADB

Diretoria da ADB
Embaixador Luiz Villarinho Pedroso (COR) - Presidente
Conselheiro Antenor Américo M. Borgéa Filho - Diretor Administrativo e Financeiro
Secretária Maria Feliciana Nunes Ortigão de Sampaio (DPAD)
Secretário Joel Souza Pinto Sampaio (DPB)
Secretário José Roberto de Andrade Filho (DODC)

Suplente da Diretoria
Secretária Maria Sílvia Barbin Laurindo (Cerimonial)

Conselho Fiscal
Embaixador Sérgio Damasceno Vieira (ISEX)
Embaixador Hélcio Tavares Pires (Apos.)
Conselheiro Igor Kipman (CEMOR)

Suplente do Conselho Fiscal
Secretário Roland Stille

Secretariado da ADB
Gerente Administrativo: Tércio Arcúrio
Consultora: Clara de Assis G. Siqueira Neto

ADB
Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano X – Nº 42
Edição Jan/Mar de 2003
ISSN 0104-8503

Conselho Editorial
Antenor Américo Mourão Bogéa Filho
Luiz Villarinho Pedroso
Maria Elisa Berenguer
Pedro Luiz Rodrigues
Sérgio Damasceno Vieira
Sérgio Fernando Guarischi Bath

Editor
Ronaldo de Moura

Jornalista Responsável
Larissa Bortoni Dias
(Reg. Prof. 2513/13/13-DF)

Revisora
Joíra Coêlho Furquim

Secretários de Redação
Tércio Arcúrio
Clara de Assis G. Siqueira Neto

Programação Visual
Carlos Eduardo Felice Barbeiro

Editoração
Rubens Bonfim

Bico-de-Pena
Cícero Lopes

Impressão
F'CAZ Gráfica e Editora Ltda.

Tiragem
1.400 exemplares

ADB - Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ministério das Relações Exteriores - Esplanada dos Ministérios
Palácio Itamaraty, Anexo I, 3º andar, sala 329-A
70170-900 Brasília, DF - Brasil
Fones: (61) 411-6950 e 224-8022
Fax: (61) 322-0504